



FINCREST

Investir com Confiança,
Crescer com Segurança



Relatório & Contas
2025

Índice

01

SUMÁRIO
EXECUTIVO

5

02

MENSAGEM DOS
PRESIDENTES

7

03

MODELO
DE GOVERNO
CORPORATIVO
E ESTRATÉGIA

3.1. Modelo de Governo Corporativo	9
3.2. Estrutura Accionista	10
3.3. Órgãos Sociais em Funções	10
3.4. Estrutura do Modelo de Governação	11
3.4.1. Assembleia Geral	12
3.4.2. Auditor Externo	12
3.4.3. Estratégia e Modelo de Negócio	13

04

ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO
E FINANCEIRO

4.1. Contexto Internacional	15
4.1.1. Mercado Petrolífero	15
4.1.2. Mercado Petrolífero	15
4.2. Contexto Nacional	16
4.2.1. Crescimento Económico E Inflação	16
4.2.2. Mercado Cambial e Contas Externas	16
4.2.3. Política Monetária e Mercado de Capitais	17

05

ENQUADRAMENTO
DA ACTIVIDADE POR
SEGMENTO

5.1. Originação e estruturação	19
5.2. Corretagem	19
5.3. Custódia	20
5.4. Colocação	21

06

O SISTEMA
DE GESTÃO
DE RISCOS

6.1.1. Governo e Organização da Gestão de Riscos	23
6.1.1.1. Governança da Gestão de Riscos	24
6.1.1.2. Organização da Gestão de Riscos	25
6.1.1.3. Políticas e Processos de Gestão de Riscos	26
6.1.1.4. Cultura de Risco e Formação	27
6.1.1.5. Revisão e Melhoria Contínua	27
6.1.1.6. Mitigação e Controle de Riscos	31
6.1.1.7. Monitorização Contínua	31

07

CAPITAL
HUMANO

7.1. Políticas de Retenção e Desenvolvimento	34
7.2. Ambiente de Trabalho e Performance	34
7.3. Remuneração e Benefícios	35
7.4. Recomendações	35

08

ANÁLISE
FINANCEIRA

8.1. Demonstração de Resultados	37
8.2. Balanço	39
8.3. Principais Indicadores	40

09

PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS

43

10

APROVAÇÃO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

45

11

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E
NOTAS ÀS CONTAS

47

12

PARECER DO
CONSELHO FISCAL

76

13

PARECER DO
AUDITOR EXTERNO

78

01

Sumário Executivo



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 06 de Setembro de 2021 foi lavrada a escritura pública de constituição da FINCREST, S.A. – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. (“FINCREST, S.A.” ou “Sociedade Distribuidora”) que, nos termos do Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/13, de 09 de Outubro, desenvolverá as seguintes actividades:

- Estruturação de emissões de dívida, papel comercial, de acções, de produtos híbridos e de derivados para investidores domésticos e internacionais;
- Colocação, recepção e transmissão de ordens de compra ou de venda de valores mobiliários em bolsa de valores por conta de clientes e execução dessas ordens em mercado organizado, podendo operar directamente em bolsa de valores e derivados;
- Gestão de carteira própria (“*Prop Trading*”);
- Actividades de Custódia de Valores Mobiliários;
- Securitização em função do enquadramento regulatório que venha a ser desenvolvido;
- Intermediação em outros mercados financeiros, aos quais as Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários possam vir a ter acesso devidamente regulamentado, nomeadamente, intermediação de mercado monetário e cambial.

No dia 13 de Janeiro de 2022, a FINCREST, S.A. solicitou à CMC, o registo especial para início de actividade como Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, tendo sido concedido no dia 07 de Novembro de 2023, conforme Certidão de Registo n.º 05/SDVM/CMC/11-2023, emitida pela CMC. Acto subsequente, a FINCREST, S.A. foi admitida como Membro de Negociação BODIVA no dia 26 de Fevereiro de 2024, estando apta a negociar nos mercados BODIVA.



2. Mensagem dos Presidentes

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

Com um profundo sentido de missão cumprida e optimismo renovado que apresentamos o Relatório e Contas da **FINCREST SDVM, S.A.** relativo ao exercício de 2025. O ano que agora findou não foi apenas um período de crescimento; foi o ano da afirmação da nossa Sociedade como um interveniente de referência e extrema solidez no Mercado de Capitais angolano.

O contexto macroeconómico de 2025, embora marcado por uma inflação ainda vigilante e por ajustes nas políticas monetárias globais, ofereceu janelas de oportunidade que a FINCREST soube capitalizar com rigor. A estabilização do mercado cambial e o dinamismo da BODIVA permitiram-nos expandir a nossa base de activos e consolidar a nossa presença estratégica no mercado secundário de títulos.

Os indicadores financeiros de 2025 são o reflexo directo da nossa disciplina estratégica. Alcançámos um Resultado Líquido de 994.405.541 AOA, um crescimento extraordinário de 198% face ao ano anterior. Mais do que o volume de lucro, orgulhamo-nos da qualidade do nosso balanço: reforçámos os nossos Fundos Próprios em 213,8%, totalizando 1,36 mil milhões de AOA. Este fortalecimento elevou a nossa Autonomia Financeira para 42,2%, consolidando uma instituição mais robusta, menos endividada e plenamente capacitada para enfrentar ciclos de mercado exigentes.

Em 2025, demos passos decisivos na institucionalização do nosso modelo de governo. A implementação da função de Auditoria Interna, o reforço da Gestão de Riscos e o aprimoramento dos Vsistemas de Compliance (BC-FT-PADM) não foram meras exigências regulatórias, mas sim um investimento na confiança. Reafirmamos o nosso compromisso com a transparência e a legalidade, exemplificado pelo rigoroso tratamento fiscal dos nossos encargos financeiros, garantindo uma operação livre de contingências e alinhada com as melhores práticas internacionais.

Este sucesso é indissociável das nossas pessoas. O aumento do investimento no nosso capital humano reflete a convicção de que a sofisticação financeira exige talento de alta performance. O compromisso da nossa equipa foi o motor que permitiu transformar a volatilidade do mercado em rentabilidade sustentável para os nossos acionistas, mantendo um ROE de excelência de 73%.

Olhamos para o futuro com a responsabilidade de quem estabeleceu novos padrões de performance. O nosso foco continuará centrado na inovação tecnológica, na digitalização dos serviços de intermediação e na diversificação da oferta de produtos financeiros, mantendo sempre a prudência na gestão de riscos que nos caracteriza.

Agradecemos aos nossos Clientes pela confiança, aos nossos Colaboradores pela dedicação incansável e aos Órgãos Reguladores pelo diálogo institucional constante. Juntos, continuaremos a construir o futuro do mercado de capitais em Angola.

Com os melhores cumprimentos,

Alberto Mendes – Presidente do Conselho de Administração

Mário Mendes – Presidente Executivo

03

Modelo de Governo Corporativo e Estratégia



3.1. Modelo de Governo Corporativo

A FINCREST, S.A. reconhece a importância da adequada governação corporativa, assumindo o compromisso de seguir um modelo que assegure e proteja, de forma equilibrada e sustentável, os interesses dos accionistas, clientes/investidores, colaboradores, fornecedores, bem como a sociedade como um todo.

A FINCREST, S.A. cumpre rigorosamente as leis e regulamentos do país aplicáveis à sua actividade, e observa as regras e outros normativos emitidos pelas autoridades reguladoras, como a Comissão do Mercado de Capitais, a Autoridade Geral Tributária, o Banco Nacional de Angola entre outros. A FINCREST, S.A. prima pela transparência e clareza na maneira como se comunica com o mercado relativamente à sua actividade, situação financeira e resultados.

MISSÃO

Oferecer serviços de intermediação financeira com excelência, responsabilidade e inovação. Ser a referência no mercado de capitais, distinguindo-nos por uma actuação independente, pela inovação da nossa oferta e excelência das nossas pessoas.

VISÃO

Ser referência no mercado de capitais, destacando-nos por uma actuação inovadora e transparente. Contribuir para a transformação do mercado de capitais angolano, apresentando soluções inovadoras na originação e comercialização de produtos e serviços financeiros.

VALORES

- **Equidade:** garantir tratamento justo e igualitário aos stakeholders.
- **Inovação:** buscamos constantemente novas ideias e soluções para melhorar processos e resultados.
- **Independência:** tomamos decisões autónomas, com base em princípios sólidos e sem influências externas.
- **Ética:** agimos de forma justa e responsável, respeitando os direitos e mantendo a integridade.
- **Integridade e Honestidade:** agimos com integridade e honestidade em todas as interacções, internas e externas.
- **Responsabilidade Social Corporativa RSC:** contribuímos positivamente para as comunidades em que operamos e para a sociedade como um todo, promovendo práticas sustentáveis e responsáveis.
- **Regulatório:** cumprimos e fazemos cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis em todas jurisdições onde a Fincrest pretende
- **Transparência:** agimos com clareza e honestidade, partilhando informações de forma aberta.
- **Respeito:** tratamos todos com respeito, dignidade e consideração, independentemente de cargo, género, raça, nacionalidade, orientação sexual ou idade.
- **Prestação de Contas** - prestamos contas da nossa actuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências dos nossos actos e omissões e actuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos nossos papéis.

3.2. Estrutura Accionista

O capital social, integralmente subscrito e realizado, à data, é de Kz 140 000 000,00 dividido por 140 000 acções ordinárias, sendo a seguinte:

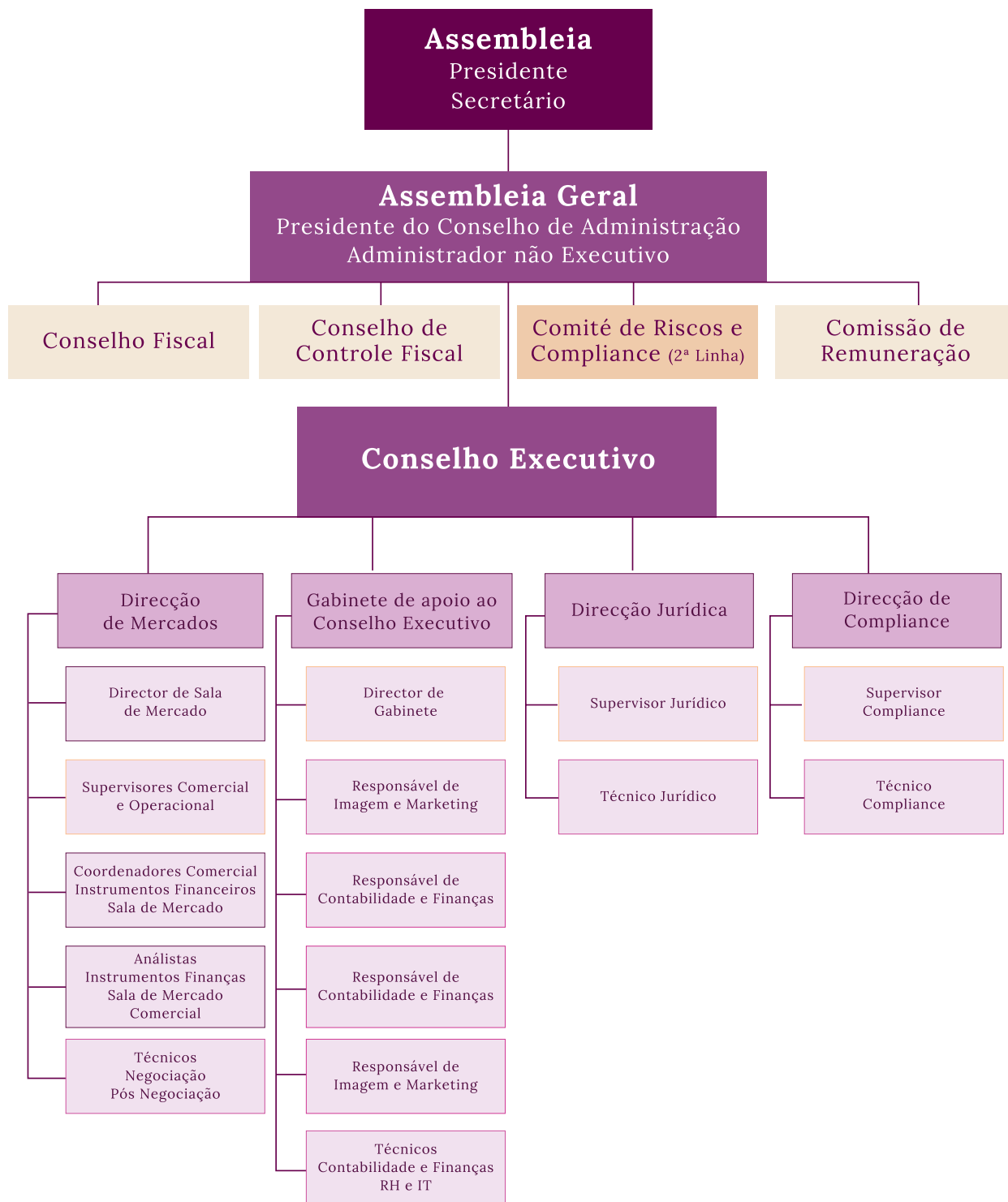
	Nº acções	Valor Nominal	%
Casaemanta Portugal, Lda	40 000	40 000 000	26%
Alberto Jorge de Jesus Mendes	40 000	40 000 000	26%
Mário Jorge de Jesus Mendes	40 000	40 000 000	26%
Casaemanta - Prestação de Serviços, Lda	10 000	10 000 000	7%
Well Drill, Lda	10 000	10 000 000	7%
	140 000	140 000 000	100%

3.3. Órgãos Sociais em Funções

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Eurídice Mendes
Secretário	Martinho Pedro
Conselho de Administração	
Presidente do Conselho de Administração	Alberto Mendes
Administrador Não Executivo	Henda de Carvalho
Presidente da Comissão Executiva	
Administrador Executivo	Mário Mendes
Administrador Executivo	
Conselho Fiscal	
Presidente	Jungueira Ngola
Membro	João Silva
Membro	
Membro Suplente	Desidério Caquarta
Membro suplente	Nino Canco

3.4. Estrutura do Modelo de Governação

A FINCREST, S.A. tem uma estrutura organizacional transparente e claramente definida, adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade por si desenvolvida. O organograma da FINCREST, S.A. está, assim, definido:



3.4.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos. É constituída por todos os accionistas com direito a voto e delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuem competência.

É competência da Assembleia Geral:

- Eleger e destituir os membros da Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;
- Aprovar o relatório de gestão e contas de cada exercício, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre aplicação de resultados;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital, sem prejuízo de eventuais autorizações concedidas ao Conselho de Administração para o efeito, nos termos legalmente admitidos;
- Deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão da sociedade;
- Deliberar sobre a dissolução da sociedade;
- Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada ou relativamente a qual lhe seja legalmente atribuída competência.

3.4.2. Auditor Externo

A Deloitte Auditores, Lda. registada na CMC, é a entidade contratada para prestação de serviços de auditoria externa, contando do exercício 2024. A referida contratação está em conformidade com disposto no artigo 18.º do Regulamento n.º 1/22 de 9 de Fevereiro sobre os Serviços de Auditoria Externa.

3.4.3. Estratégia e Modelo de Negócio

O foco da actividade da FINCREST, S.A. é a originação e estruturação de operações financeiras em mercado primário e a negociação de valores mobiliários em mercado secundário.

O objectivo da sociedade distribuidora é consolidar, alargar e diversificar a oferta através de canais especializados e alternativos, apropriados para diferentes segmentos-alvo, tanto de investidores institucionais como particulares.

Tendo em conta as perspectivas e tendências futuras para o mercado de capitais, a FINCREST, S.A. deu início ao processo de preparação do novo ciclo estratégico para o período de 2023 a 2027, aliada a visão, missão e valores que norteiam a sociedade.

Posicionamento como uma instituição de referência e inovadora no mercado angolano, assente nos seguintes eixos:

- **Independência:** estrutura dedicada, gerida com total independência visando o mercado de forma transversal;
- **Oferta qualificada:** ampla gama de serviços e significativo track-record com base nos quais aprofundará a especialização e diversificação da sua actividade;
- **Experiência e reputação:** Equipa com experiência e conhecimento anterior na gestão das diversas linhas de serviço;
- **Inovação:** Aposta na digitalização e desmaterialização dos serviços financeiros,
- B2B e B2C

04

Enquadramento
Macroeconómico
e Financeiro



4.1. Contexto Internacional

O exercício de 2025 consolidou o processo de “aterragem suave” da economia global, após o ciclo de aperto monetário mais severo das últimas décadas. O crescimento mundial em 2025 situou-se numa média estimada de 3,0%, demonstrando uma resiliência superior às projeções iniciais, suportada pela robustez do consumo nos EUA e pela recuperação gradual das cadeias de abastecimento na Ásia.

4.1.1. Mercado Financeiro

O sistema financeiro internacional em 2025 foi marcado pela inversão definitiva das políticas monetárias. A Reserva Federal (Fed), após manter as taxas no intervalo de 4,25% - 4,50% no final de 2024, procedeu a cortes adicionais em 2025, à medida que a inflação core convergiu para o objectivo de 2%. Na Zona Euro, o BCE adotou uma postura semelhante, embora mais cautelosa devido à fragilidade do setor industrial alemão. Esta descida das taxas de juro globais aliviou a pressão sobre os custos de financiamento dos mercados emergentes e aumentou a apetência por activos de risco, beneficiando indiretamente a liquidez no mercado secundário de capitais.

4.1.2. Mercado Petrolífero

Durante o ano de 2025, o mercado petrolífero navegou num cenário de equilíbrio precário. O preço do Brent manteve-se numa banda de oscilação entre os 78 USD e 84 USD, sustentado pela gestão rigorosa da oferta por parte da OPEP+ e pelo aumento da procura por combustíveis de aviação. Para a economia angolana, esta estabilidade de preços acima das previsões orçamentais foi determinante para a manutenção das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) e para a estabilidade do Kwanza, servindo como a principal âncora de confiança para o investimento em títulos de dívida pública.

4.2. Contexto Nacional

4.2.1. Crescimento Económico e Inflação

No plano doméstico, 2025 foi um ano de retoma moderada, com o PIB angolano a registar um crescimento estimado de 2,9%. Este desempenho foi impulsionado pela estabilização da produção petrolífera e pelo dinamismo crescente do setor não petrolífero, com foco na agricultura e serviços financeiros. No que tange à inflação, o exercício de 2025 marcou o início de uma trajectória de desaceleração mais acentuada face aos picos de 2024, fixando-se num intervalo mais próximo dos objectivos do BNA, embora a pressão sobre os preços dos bens importados tenha exigido uma gestão vigilante da liquidez por parte das instituições financeiras.

4.2.2. Mercado Cambial e Contas Externas

O mercado cambial em 2025 apresentou uma volatilidade significativamente inferior à do exercício anterior. O Kwanza (AOA) beneficiou de um fluxo regular de divisas e da consolidação das plataformas de negociação interbancária, que permitiram uma formação de preço mais transparente. Este cenário de estabilidade cambial foi fundamental para a FINCREST SDVM, pois permitiu uma gestão mais eficiente da carteira de Títulos Mantidos para Negociação e reduziu a necessidade de constituição de provisões para riscos cambiais, refletindo-se positivamente nos Resultados Operacionais reportados.

4.2.3. Política Monetária e Mercado de Capitais

A política monetária do BNA em 2025 focou-se na sintonização fina da liquidez no sistema. O banco central utilizou os coeficientes de reservas obrigatórias de forma estratégica para controlar a base monetária sem asfixiar o crédito à economia real.

No que concerne ao Mercado de Capitais, 2025 foi um ano de afirmação institucional para a BODIVA e para os seus membros. Verificou-se um aumento expressivo no volume de negócios no mercado secundário de Obrigações do Tesouro (OTs), com os investidores institucionais e particulares a procurarem alternativas de rentabilidade face à estabilização das taxas de juro de curto prazo. A FINCREST SDVM consolidou o seu papel de intermediário de referência, capitalizando o aumento da liquidez e a diversificação de instrumentos, o que justifica o crescimento exponencial das receitas de intermediação financeira apresentadas no presente exercício.

05

Enquadramento
da Actividade
por Segmento

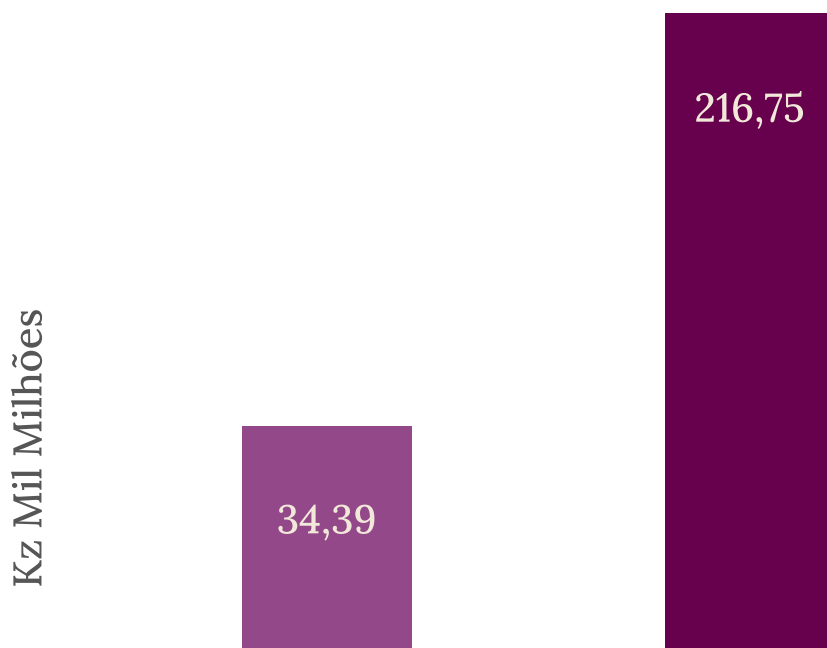


5.1. Originação e Estruturação

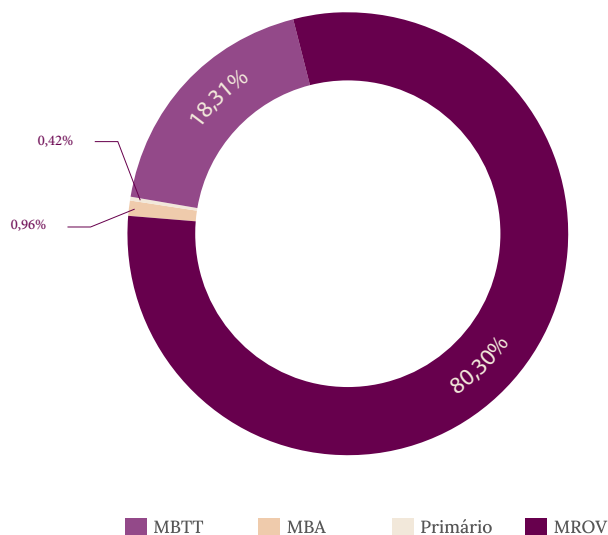
A FINCREST, tem como uma das principais actividades a corretagem, que engloba recepção, transmissão e execução de ordens em mercados regulamentados e organizados, proporcionando eficiência, transparência e suporte especializado para atender às necessidades de nossos clientes.

5.2. Corretagem

Durante o exercício de 2025, a Fincrest registou 1258 transações, correspondentes a um montante negociado superior a 216,74 mil milhões de kwanzas. Este desempenho representa um crescimento de 530% no montante negociado e de 470% no número de transações, face ao período homólogo.

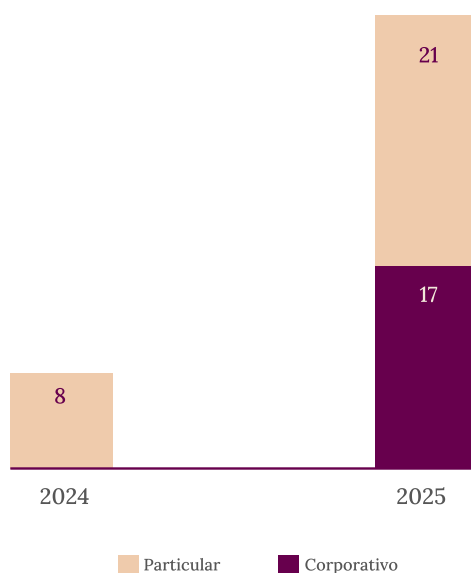


Em relação ao montante negociado, verifica-se a predominância das operações realizadas no mercado de Títulos do Tesouro, que representaram 80,30% do total. Seguem-se as operações efetuadas no Mercado de Balcão Organizado, com 18,31%. Já o Mercado de Bolsa e Acções e o Mercado Primário contribuíram com 0,96% e 0,42%, respectivamente.

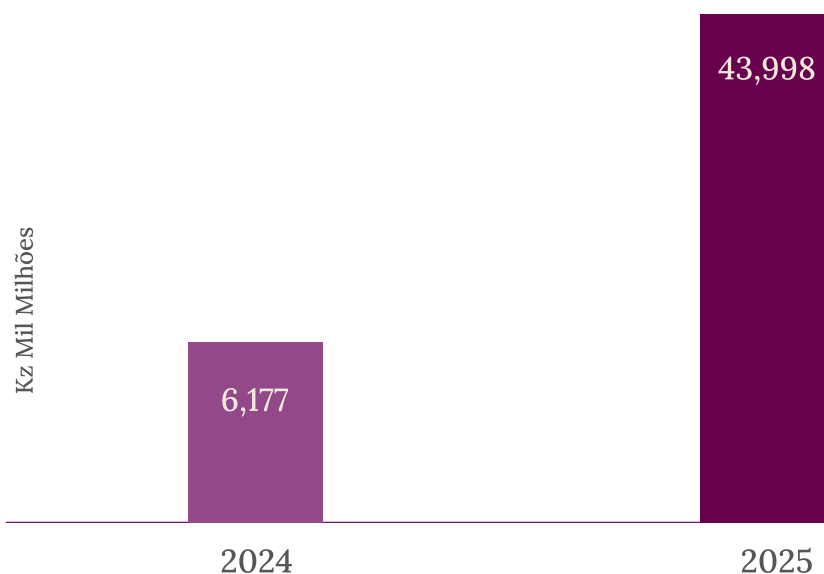


5.3. Custódia

A nível da evolução das contas de custódia, registou-se um incremento líquido de 38 contas, totalizando 46 contas activas em 31 de Dezembro de 2025. Deste universo, 39,96% correspondem a clientes particulares, enquanto 60,04% são clientes corporativos, reflectindo uma base de custódia maioritariamente institucional.



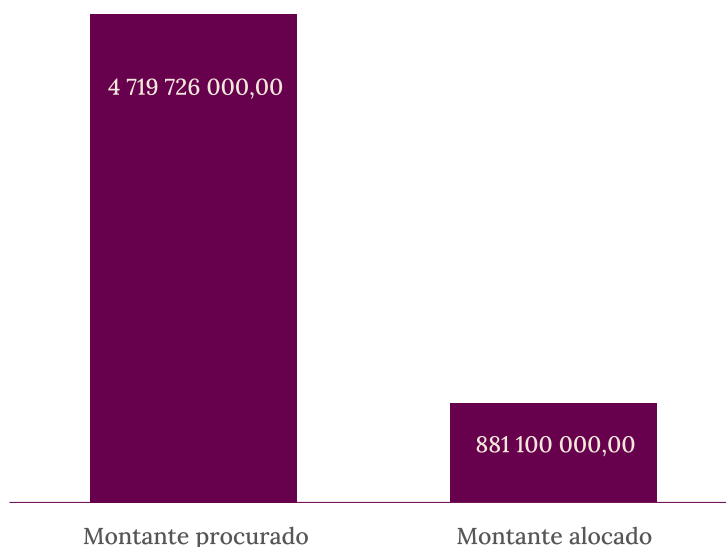
Em Dezembro de 2025, a Fincrest detinha, sob custódia um total de 43 997 725 165,28 kwanzas, que representa um crescimento de 612,29% comparado com o período homólogo.



O montante custodiado foi maioritariamente composto por Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OT-NR), que representaram 95,62% do total. As Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira (OT-ME), as Acções e as Obrigações do Tesouro Indexadas (OT-TX) corresponderam, respectivamente, a 3,21%, 0,65% e 0,52% do valor sob custódia.

5.4. Colocação

No ano de 2025, a Fincrest integrou ao sindicato de colocação da Oferta Pública de Venda (OPV) do Banco Fomento Angola – BFA. Durante o período da oferta, que decorreu por aproximadamente 20 dias, a Fincrest registou 7 subscrições, totalizando Kz 4,71 mil milhões. Todas as ordens submetidas foram contempladas no processo de rateio, resultando num rácio médio de satisfação de 29,37% e numa alocação final de 17 800 unidades, correspondentes a Kz 881 100 000.



06

O Sistema de Gestão de Risco



6. O Sistema de Gestão de Risco

Em 2025, a FINCREST SDVM reforçou significativamente o seu sistema de gestão de riscos, através de um maior envolvimento do Conselho de Administração e do fortalecimento das estruturas de controlo interno.

Neste contexto, foi contratado um Responsável pela Gestão de Riscos, com experiência comprovada no sector financeiro e perfil alinhado com as exigências regulatórias da Comissão do Mercado de Capitais (CMC).

Durante o período em análise, foram igualmente implementadas importantes iniciativas estruturantes, nomeadamente:

- Actualização da Política de Gestão de Riscos da sociedade;
- Elaboração e implementação do Manual de Gestão de Riscos da FINCREST;
- Desenvolvimento e validação, pelo Conselho de Administração, do Mapa Corporativo de Riscos;
- Definição e acompanhamento de planos de acção para mitigação dos riscos considerados mais impactantes para o negócio;
- Implementação dos Planos de Continuidade de Negócio (PCN) para as principais áreas operacionais da sociedade.

Estas iniciativas permitiram consolidar uma abordagem mais estruturada, integrada e alinhada com as melhores práticas de gestão de riscos aplicáveis às sociedades distribuidoras de valores mobiliários.

6.1.1. Governo e Organização da Gestão de Riscos

A gestão de riscos constitui uma função essencial dentro da estrutura organizacional da FINCREST SDVM. Com o objectivo de proteger os activos da sociedade, assegurar a continuidade das operações e apoiar a tomada de decisões estratégicas, a empresa adopta um modelo de governação claro e estruturado para a identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos.

6.1.1.1. Governança da Gestão de Riscos

A governança da gestão de riscos na FINCREST SDVM assenta numa estrutura organizacional clara, que assegura que os riscos relevantes sejam devidamente identificados, avaliados, monitorizados e tratados de forma adequada.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão global do sistema de gestão de riscos da sociedade. Compete-lhe assegurar que a estratégia e as políticas de gestão de riscos estejam alinhadas com os objectivos estratégicos da FINCREST e com as exigências regulatórias aplicáveis.

Entre as suas principais responsabilidades destacam-se:

- Aprovar a política e a estratégia de gestão de riscos;
- Acompanhar os principais riscos a que a sociedade está exposta;
- Avaliar periodicamente a eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos;
- Deliberar sobre medidas estratégicas de mitigação de riscos relevantes.

Comité de Riscos e Compliance

O Comité de Riscos e Compliance é responsável por apoiar o Conselho de Administração na supervisão do sistema de gestão de riscos e do cumprimento regulatório. Este comité analisa periodicamente os principais riscos da sociedade, acompanha a implementação das políticas aprovadas e apresenta recomendações ao Conselho de Administração sempre que necessário.

O comité reporta ao Conselho de Administração sobre a evolução do perfil de risco da sociedade e sobre as medidas adoptadas para a sua mitigação.

6.1.1.2. Organização da Gestão de Riscos

A organização da gestão de riscos na FINCREST SDVM baseia-se numa distribuição clara de responsabilidades entre as diferentes áreas da sociedade, garantindo o envolvimento de todos os níveis hierárquicos no processo de gestão de riscos.

Responsável pela Gestão de Riscos (Chief Risk Officer – CRO)

O CRO é um colaborador com experiência comprovada e qualificações adequadas às exigências da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), sendo responsável por coordenar e supervisionar o processo de identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos inerentes à atividade da FINCREST.

No exercício das suas funções, compete-lhe assegurar a implementação e o funcionamento eficaz do sistema de gestão de riscos da sociedade, garantindo que os riscos são devidamente identificados, avaliados e controlados, em alinhamento com o apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração.

Entre as suas principais responsabilidades destacam-se:

- Desenvolver, implementar e manter o sistema de gestão de riscos da sociedade;
- Coordenar a elaboração e atualização do mapa corporativo de riscos;
- Monitorizar a implementação das medidas e planos de mitigação de riscos identificados;
- Elaborar e apresentar relatórios periódicos de risco ao Comité de Riscos e Compliance e ao Conselho de Administração;
- Promover a adoção de boas práticas de gestão de riscos e o fortalecimento da cultura de risco em toda a organização.

O Responsável pela Gestão de Riscos reporta funcionalmente ao Comité de Riscos e Compliance e ao Conselho de Administração, assegurando a independência necessária ao exercício das suas funções.

Áreas Operacionais

As diferentes áreas operacionais da FINCREST são responsáveis pela identificação e gestão dos riscos inerentes às suas actividades. Estas áreas colaboram activamente com a função de gestão de riscos, garantindo que os riscos sejam adequadamente reportados e tratados.

6.1.1.3. Políticas e Processos de Gestão de Riscos

A FINCREST SDVM adoptou políticas e procedimentos formais que asseguram uma gestão estruturada e consistente dos riscos.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas:

Identificação de Riscos

Identificação sistemática e contínua dos riscos relevantes para a organização, através de reuniões com as áreas de negócio, workshops internos, análise de tendências do mercado e benchmarking com o sector financeiro.

Avaliação de Riscos

Os riscos identificados são avaliados com base na sua probabilidade de ocorrência e no impacto potencial sobre a actividade da sociedade, permitindo a definição de prioridades de tratamento.

Mitigação de Riscos

São definidas medidas de mitigação adequadas, que podem incluir:

- implementação ou reforço de controlos internos;
- melhoria de processos operacionais;
- definição de limites e procedimentos de controlo;
- reforço de mecanismos de supervisão.

Monitorização de Riscos

Os riscos e as respectivas medidas de mitigação são monitorizados de forma contínua, assegurando que as estratégias adoptadas permanecem eficazes face à evolução do contexto interno e externo.

Relatórios de Risco

A informação sobre os principais riscos e as medidas de mitigação é reportada ao Comité de Riscos e Compliance e ao Conselho de Administração, permitindo uma visão consolidada do perfil de risco da sociedade.

6.1.1.4. Cultura de Risco e Formação

A promoção de uma cultura de risco constitui um elemento fundamental do sistema de gestão de riscos da FINCREST SDVM.

A sociedade incentiva a participação activa de todos os colaboradores na identificação e comunicação de riscos, promovendo uma abordagem preventiva e responsável na gestão das suas actividades.

Para este efeito, são promovidas iniciativas de sensibilização e formação destinadas a reforçar o conhecimento dos colaboradores relativamente às políticas internas, aos procedimentos de controlo e às suas responsabilidades no âmbito da gestão de riscos.

6.1.1.5. Revisão e Melhoria Contínua

A FINCREST SDVM adopta um princípio de melhoria contínua do seu sistema de gestão de riscos, garantindo a sua adaptação às mudanças no ambiente regulatório, económico e tecnológico.

A eficácia do sistema é avaliada periodicamente através de:

- revisões internas;
- auditorias internas e externas;
- acompanhamento das recomendações do regulador;
- avaliação do cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos.

Sempre que necessário, são efectuadas actualizações ao sistema de gestão de riscos, incorporando lições aprendidas, alterações regulamentares e novos riscos emergentes.

1) Riscos de Mercado

Os riscos de mercado envolvem flutuações nos preços de activos financeiros e no comportamento do mercado que podem afectar as posições de investimento e a rentabilidade da sociedade.

Risco de Preço: A variação nos preços de activos financeiros, como acções, títulos e commodities, que afecta o valor dos investimentos ou produtos oferecidos.

Risco Cambial: Exposição à flutuação das taxas de câmbio, especialmente em operações com clientes internacionais, ou investimentos em moeda estrangeira.

Risco de Taxa de Juros: A variação nas taxas de juros pode impactar os investimentos e a rentabilidade dos activos que a FINCREST SDVM mantém ou dos produtos financeiros que oferece.

2) Riscos Operacionais

Os riscos operacionais estão relacionados a falhas internas nos processos, sistemas, pessoas e tecnologias que podem comprometer a operação eficiente e segura da FINCREST SDVM.

Risco de Sistema: Falhas nos sistemas de TI ou infra-estrutura que possam interromper a execução das operações de negociação ou afectar a precisão das informações fornecidas aos clientes.

Risco de Processo: Deficiências ou falhas nos processos internos que podem resultar em erros operacionais, como falhas no cumprimento de ordens de clientes ou erros na reconciliação de contas.

Risco de Erro Humano: Falhas atribuídas a decisões ou acções humanas, como erros de julgamento de traders ou falhas em cumprir procedimentos internos.

3) Riscos Legais e Regulatórios

A regulação do mercado financeiro é uma das áreas mais críticas para as sociedades distribuidoras de valores mobiliários. O não cumprimento das normas pode resultar em sanções, multas ou perda de licença

Risco Regulatório: Mudanças nas leis e regulamentações, como normas da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) ou outras autoridades reguladoras, que podem afectar a capacidade da distribuidora de operar ou modificar seus produtos.

Risco de Conformidade: O não cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis, como normas de combate à lavagem de dinheiro (AML) e financiamento ao terrorismo (CFT), pode resultar em penalidades severas e danos à reputação.

4) Riscos de Crédito

Os riscos de crédito envolvem a possibilidade de perda associada ao não cumprimento das obrigações por parte de contrapartes da empresa, como clientes ou instituições financeiras.

Risco de Crédito de Clientes: A possibilidade de clientes não pagarem suas obrigações financeiras, como dívidas relacionadas à compra de valores mobiliários.

Risco de Contraparte: Exposição a uma contraparte, como bancos ou outras instituições financeiras, que não cumpra suas obrigações financeiras em operações de custódia, liquidação ou financiamento.

5) Riscos de Liquidez

O risco de liquidez está relacionado à dificuldade de converter activos em caixa ou liquidar uma posição em activos sem afectar significativamente o mercado.

Risco de Liquidez de Mercado: A incapacidade de comprar ou vender activos a preços razoáveis devido à falta de compradores ou vendedores no mercado.

Risco de Liquidez Operacional: A empresa pode enfrentar dificuldades em cumprir suas obrigações financeiras a curto prazo devido à gestão inadequada do fluxo de caixa ou ao bloqueio de activos líquidos.

6) Riscos Tecnológicos

Com a crescente digitalização, os riscos tecnológicos estão se tornando cada vez mais relevantes para as sociedades distribuidoras de valores mobiliários.

Risco Cibernético: Ameaças e ataques cibernéticos, como hacking ou fraude online, que podem comprometer dados sensíveis dos clientes ou interromper as operações da distribuidora.

Risco de Falha Tecnológica: Problemas com sistemas de negociação electrónica, plataformas de trading ou sistemas de gestão de risco que podem afectar a capacidade da FINCREST SDVM de executar operações.

7) Riscos de Reputação

Os riscos de reputação são riscos relacionados à percepção pública e à confiança dos clientes, investidores e demais stakeholders.

Risco de Imagem: A má gestão de um evento ou crise pode afectar a imagem da FINCREST SDVM, prejudicando a confiança dos investidores e clientes.

Risco de Comunicação: A falta de transparência na comunicação de eventos de risco ou falhas operacionais pode levar a uma crise de confiança no mercado e entre os clientes.

8) Riscos de Concentração

Os riscos de concentração ocorrem quando uma distribuidora possui uma exposição excessiva a um único activo, cliente ou mercado, o que aumenta o impacto de eventos adversos.

Risco de Concentração de Clientes: A dependência de um número reduzido de clientes para gerar receitas pode representar um risco significativo caso esses clientes enfrentem dificuldades financeiras ou se mudem para concorrentes.

Risco de Concentração de Activos: Exposição a um número limitado de activos financeiros ou classes de activos pode aumentar a vulnerabilidade da distribuidora a movimentos adversos de mercado.

9) Riscos de Compliance e Governança

A governança corporativa e a conformidade com as boas práticas e regulamentações são fundamentais para a integridade da FINCREST SDVM.

Risco de Governança: A falta de controles adequados na estrutura de governança pode levar a decisões inadequadas, impactando negativamente os resultados e a reputação da empresa.

Risco de Conflito de Interesses: Situações onde interesses pessoais ou de terceiros entram em conflito com os melhores interesses dos clientes ou investidores podem afectar a integridade das operações.

10) Risco Financeiro

A gestão de risco financeiro foca na identificação, avaliação, controle e mitigação de riscos que possam impactar a saúde financeira da FINCREST SDVM. Esses riscos podem afectar a lucratividade, a solvência e a continuidade dos negócios. A abordagem de gestão de risco financeiro busca minimizar os efeitos adversos dessas incertezas, e maximizar as oportunidades associadas a mudanças nos mercados financeiros.

6.1.1.6. Mitigação e Controle de Riscos

A partir da avaliação, a empresa desenvolve estratégias de mitigação e controle. Essas estratégias visam reduzir a exposição aos riscos financeiros ou limitar seus impactos. Utilizamos diferentes abordagens para a mitigação de riscos, como:

Diversificação: Para reduzir o risco de mercado, uma das estratégias mais comuns é a diversificação de activos, distribuindo o risco entre diferentes tipos de investimentos ou geografias.

Hedge (Protecção): O uso de instrumentos financeiros, como derivativos (futuros, opções e swaps), para proteger a empresa contramovimentos adversos no mercado (como variações nas taxas de câmbio ou de juros).

Controle de Crédito: A implementação de políticas rigorosas e a monitorização constante da qualidade de crédito das contrapartes, para mitigar o risco de inadimplência.

Gestão de Liquidez: Garantir que a empresa tenha activos líquidos suficientes para cumprir suas obrigações de curto prazo e evitar o risco de insolvência.

Conformidade Regulatória: Implementação de políticas para assegurar que a empresa esteja em conformidade com todas as regulamentações financeiras aplicáveis, minimizando o risco regulatório.

6.1.1.7. Monitorização Contínua

A gestão de risco financeiro exige um monitoramento contínuo para avaliar se as estratégias de mitigação estão funcionando e se novos riscos estão surgindo. Isso envolve:

Relatórios e auditorias periódicas: Realização de auditorias internas e externas para garantir que os controles e políticas de risco estejam sendo seguidos correctamente.



07

Capital
Humano



7. Capital Humano

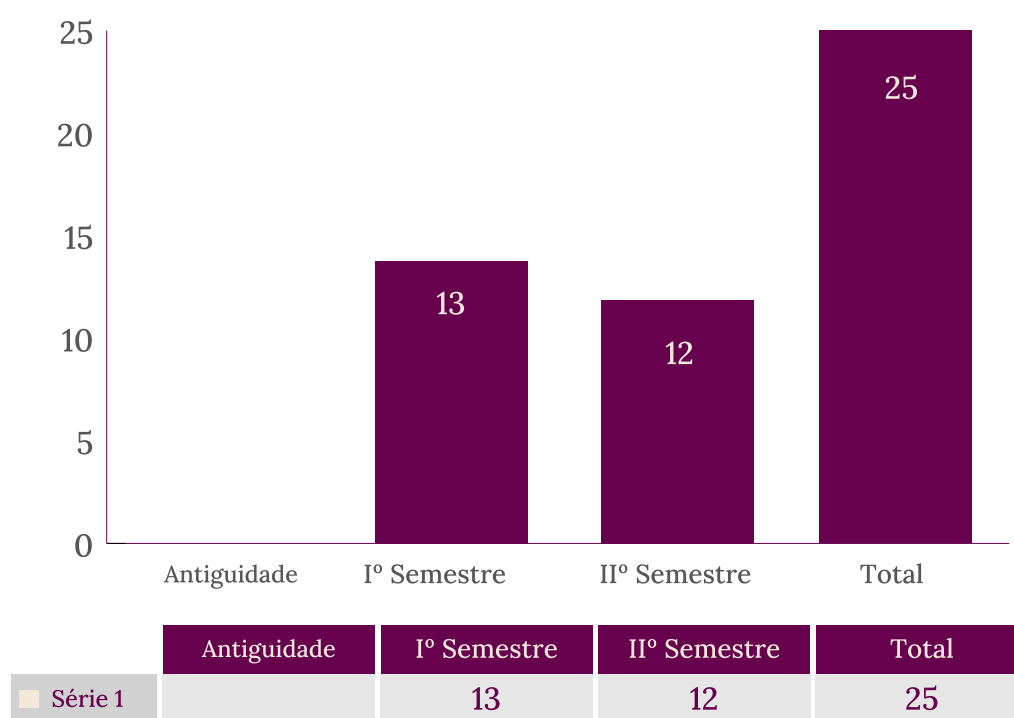
Durante o ano de 2025, a FINCREST registou um crescimento significativo no seu quadro de colaboradores, reflectindo a expansão das actividades e o fortalecimento da estrutura organizacional da Sociedade.

No início do ano, entre os meses de Janeiro e Fevereiro, a empresa contava com 9 colaboradores. Em Março, o quadro passou para 10 colaboradores. Entre Maio e Julho, verificou-se um crescimento mais expressivo, atingindo 13 colaboradores. Em Setembro, a equipa foi ampliada para 18 colaboradores, aumentando para 19 colaboradores em Outubro.

No mês de Novembro, houve um reforço adicional na equipa, passando inicialmente para 19 colaboradores e, posteriormente, para 22 colaboradores. O ano foi encerrado em Dezembro com um total de 25 colaboradores, consolidando um crescimento relevante ao longo do período.

No que diz respeito à composição de género, até ao final do ano a equipa era constituída por 11 colaboradores do sexo feminino e 14 do sexo masculino. A faixa etária dos colaboradores situa-se entre 30 e 47 anos, sendo que actualmente a colaboradora com maior idade possui 50 anos.

Este crescimento demonstra o compromisso da FINCREST com o fortalecimento da sua capacidade operacional e com a consolidação de uma equipa multidisciplinar capaz de responder aos desafios estratégicos da organização.



7.1. Políticas de Retenção e Desenvolvimento

A FINCREST tem implementado diversas iniciativas com o objectivo de reter talentos e promover o desenvolvimento contínuo dos seus colaboradores.

Entre as principais medidas adoptadas destacam-se:

- Seguro de saúde, como benefício de protecção e bem-estar dos colaboradores;
- Programas de formação contínua, visando o aperfeiçoamento técnico e profissional da equipa;
- Realização anual de actividades de Team Building, que contribuem para a avaliação da dinâmica institucional e para o fortalecimento do espírito de equipa.

Essas actividades permitem analisar aspectos importantes do ambiente organizacional, tais como a forma como os colaboradores lidam com o seu quotidiano de trabalho, a interacção entre colegas, o desempenho das diferentes áreas e o relacionamento entre líderes e equipas.

Além disso, incentivam o desenvolvimento de uma comunicação mais eficaz entre colaboradores e seus superiores hierárquicos, contribuindo para uma cultura organizacional mais colaborativa e integrada.

7.2. Ambiente de Trabalho e Performance

A FINCREST tem procurado manter um ambiente de trabalho saudável, equilibrado e não hostil, baseado em princípios de ética, respeito e transparência institucional.

No âmbito da gestão de desempenho, a Sociedade promove práticas que valorizam:

- O compromisso dos colaboradores com os objectivos da instituição;
- A responsabilidade dos líderes em relação às suas equipas;
- A pontualidade e assiduidade no cumprimento das actividades profissionais.

A empresa incentiva também uma cultura de meritocracia, onde o desempenho individual e colectivo é reconhecido e valorizado. A comunicação interna é orientada por princípios de clareza, ética e respeito mútuo, factores essenciais para fortalecer o clima organizacional e promover relações profissionais produtivas.

7.3. Remuneração e Benefícios

No que diz respeito à política de remuneração e incentivos, a FINCREST manteve em 2025 o compromisso de alinhar o capital humano com o sucesso estratégico da Sociedade.

Durante o mês de Julho de 2025, foi realizado um ajuste salarial de 15% sobre o salário base dos colaboradores, com o objectivo de valorizar o desempenho e acompanhar o crescimento institucional.

Adicionalmente, foi atribuído bónus de produtividade associado às actividades desenvolvidas ao longo do período.

Essas iniciativas reforçam o reconhecimento do contributo dos colaboradores para os resultados da organização e demonstram o compromisso da FINCREST em promover políticas de incentivos que estimulem a motivação, a produtividade e o desenvolvimento profissional da sua equipa.

7.4. Recomendações:

Com base os dados de 2025, queremos reforçar que a instituição continua a investir na melhoria continua dos seus colaboradores, pois isto influencia positivamente na qualificação dos quadros da instituição.

08

Análise Financeira



8. Análise Financeira

8.1. Demonstração de Resultados

Rubricas	2025	2024
Proveitos de Aplicações de Liquidez	20 110 247	7 146 631
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	181 277 874	72 077 485
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	201 388 122	79 224 116
Custos de Operações de Venda de Título para Obtenção de Liquidez	(87 943 256)	-
Custos de Operações de Compra de Título para Obtenção de Liquidez	(3 000 000)	-
Custos de Outras Captações	(151 200 000)	(138 800 000)
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	(242 143 256)	(138 800 000)
Margem Financeira	(40 755 134)	(59 575 884)
Resultados de Negociações de Títulos Ajustes ao Valor Justo	3 310 362 234	1 448 286 890
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	(584 926 098)	(337 110 339)
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias		-
Resultado de Intermediação Financeira	2 684 681 002	1 111 176 551
Pessoal	(905 823 940)	(217 893 549)
Fornecimentos de Terceiros	(423 037 670)	(292 973 949)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	(9 063 357)	-
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	-	-
Outros Custos Administrativos e de Comercialização	(7 389 451)	(3 378 901)
Depreciações e Amortizações	(114 979 777)	(90 193 221)
Custos Administrativos e de Comercialização	(1 460 294 195)	(604 439 620)
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis		
Outros Proveitos e Custos Operacionais	93 734 643	(11 717 933)
Resultados Operacionais	1 318 121 450	435 443 114
Resultados não Operacionais	(27 208 953)	-
Resultados Antes dos Impostos e Outros Encargos	1 290 912 497	435 443 114
Encargos Sobre o Resultado Corrente	(296 860 730)	(102 341 461)
Resultado Corrente Líquido	994 051 767	333 101 653
Resultado do Exercício	994 051 767	333 101 653

O exercício de 2025 consolidou uma trajetória de crescimento robusto para a FINCREST SDVM, reflectida num Resultado Líquido de 994.051.767 AOA, o que representa uma progressão de 198% face aos 333.101.653 AOA registados no período homólogo. Este desempenho assinalável foi impulsionado, primordialmente, pela eficácia na gestão da carteira de Títulos Mantidos para Negociação, cujos resultados de negociação e ajustes ao valor justo atingiram os 3,3 mil milhões de AOA, um incremento de 128% que valida a estratégia de arbitragem e o posicionamento da Sociedade no mercado secundário de capitais.

No que respeita à estrutura de proveitos, observou-se uma evolução positiva nos Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (154%), totalizando 201,4 milhões de AOA. Embora a Margem Financeira se tenha mantido negativa em 40,7 milhões de AOA, este valor é influenciado pelos Custos de Outras Captações (151,2 milhões de AOA), referentes aos juros de suprimentos.

Importa notar que, para efeitos de conformidade fiscal, a Sociedade identificou um acréscimo de 34.650.000 AOA na matéria colectável, dado que a taxa praticada (24% anual) excedeu o limite de dedutibilidade de 18,5% definido para o exercício. Ainda assim, o Resultado de Intermediação Financeira apresentou uma performance sólida ao fixar-se em 2.684.681.002 AOA, demonstrando a capacidade da Sociedade em converter a volatilidade do mercado em rentabilidade.

Do lado dos custos, o crescimento da actividade exigiu um investimento deliberado na estrutura de suporte e no capital humano. Os Custos com Pessoal registaram um aumento de mais de 300%, totalizando 905,5 milhões de AOA, reflectindo a política de reforço de quadros técnicos e a atribuição de prémios de desempenho proporcionais aos resultados alcançados. Paralelamente, os Fornecimentos e Serviços de Terceiros cresceram mais de 44%, impulsionados pela modernização tecnológica e conformidade regulatória. Contudo, a eficiência operativa manteve-se elevada, com os Resultados Operacionais a atingirem 1.318.121.450 AOA, garantindo que a geração de riqueza superasse o investimento na expansão da Sociedade.

Em suma, a FINCREST encerra o exercício de 2025 com uma estrutura financeira robusta e uma elevada capacidade de geração de lucro, mesmo após o impacto dos encargos sobre o resultado corrente de 296,9 milhões de AOA. A resiliência demonstrada perante os resultados não operacionais e a ausência de provisões materiais reforçam a qualidade dos activos em carteira e a sustentabilidade do modelo de negócio para os ciclos vindouros.

8.2. Balanço

Activo	31/12/2025			31/12/2024	CÓDIGO	Passivo Interesses Minoritários e Fundos Próprios	31/12/2025	31/12/2024
	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido				
Caixa e Disponibilidades	1 531 331 949	-	1 531 331 949	1 614 545 178				
Caixa	800 000	-	800 000	231 102	2.70	Outras Captações	235 815 804	847 815 804
Disponibilidade em Instituições Financeiras	1 530 531 949	-	1 530 531 949	1 614 314 076				
			1 531 331 949		2.75	A diantamento de Clientes	2 455 238,72	-
Aplicações de Liquidez:	611 506 036	-	611 506 036	4 946 416	-			
Operações de Compra de títulos de terceiro com acordo de revenda	611 506 036	-	611 506 036	4 946 416	2.76	Adiantamento de Accionistas	92 228 766,06	92 228 766
				-				727 333 625
Títulos e Valores Mobiliários:	472 018 786	-	472 018 786	53 360 000	2.80	Outras Obrigações	1 534 267 916	
Mantidos para negociação	472 018 786	-	472 018 786	53 360 000	2.80.10	Outras Obrigações de Natureza Social	57 007 033,00	-
					2.80.20	Outras Obrigações de Natureza Fiscal	325 768 338	108 437 811
				-	2.80.30	Outras Obrigações de Natureza Civil	823 948 279	604 257 227
Outros Valores	165 567 269	-	165 567 269	24 567 223	2.80.40	Outras Obrigações de Natureza Administrativa e comercial	327 544 267	14 638 587
Outros Activos de Natureza Fiscal	23 599 661		23 599 661	4 000 347				
Outros Activos de Natureza Civil	122 927 629		122 927 629	-	Total do Passivo		1 864 767 725	1 667 378 196
Outros Valores	19 039 978	-	19 039 978	20 566 876				
Adiantamento a Fornecedores	81 424 401	-	81 424 401	9 294 899	4.10	Capital Social	140 000 000	140 000 000
Adiantamento a Fornecedor	81 424 401	-	81 424 401	9 294 899	4.30	Reservas e Fundos	16 655 083	-
					4.30	Resultados Transitados	210 977 666	(39 022 334)
					4.50	Resultados do Exercício	994 051 767	333 101 652
Activo Fixo Tangíveis e Intangíveis	576 858 644	(212 254 843))	364 603 801	394 743 799				
Activos Fixos Tangíveis	229 760 893	(90 376 918)	139 383 975	120 777 113				-
Activos Fixos Intangíveis	347 097 751	(121 877 925)	225 219 826	273 966 686	Total dos Fundos Próprios		1 361 684 516	434 079 318
Total do Activo	3 438 707 084	(212 254 843)	3 226 452 242	2 101 457 514	Total do Passivo edos Fundos Próprios		3 226 452 242	2 101 457 514

A estrutura patrimonial da FINCREST SDVM em 31 de Dezembro de 2025 reflete um robusto fortalecimento, com o Activo Total a fixar-se em 3.226.452.242 AOA, representando um crescimento consolidado de 53,5% face ao exercício anterior. Este incremento é sustentado por uma gestão de liquidez estratégica, onde o Caixa e Disponibilidades totalizam 1.531.331.949 AOA, garantindo à Sociedade uma folga financeira imediata para honrar os seus compromissos e capitalizar janelas de oportunidade no mercado.

No que respeita aos activos de investimento, destaca-se a evolução nas Aplicações de Liquidez (Operações de Compra com Acordo de Revenda - REPO) para o valor líquido de 611.506.036 AOA, demonstrando uma participação activa e segura no mercado monetário interbancário. Simultaneamente, a carteira de Títulos Mantidos para Negociação registou uma ascensão notável para 472.018.786 AOA (um aumento de 784% face aos 53,3 milhões de 2024), evidenciando a eficácia da estratégia de alocação de capital em activos de elevada liquidez, perfeitamente alinhada com o modelo de intermediação financeira da Sociedade.

Do lado do Passivo, o valor total situou-se em 1.864.767.725 AOA, um aumento de cerca de 11% que acompanha a expansão do negócio. É notável a desalavancagem nas “Outras Captações”,

que diminuíram drasticamente de 847,8 milhões para 235.815.804 AOA, reduzindo o custo de financiamento. Em contrapartida, as “Outras Obrigações” cresceram para 1.534.267.916 AOA, impulsionadas sobretudo pelo aumento das obrigações de natureza fiscal (325,8 milhões de AOA) e civil (823,9 milhões de AOA), reflectindo o maior volume transaccional e a robustez da estrutura operacional e técnica da FINCREST.

O aspecto mais relevante do balanço é o crescimento dos Fundos Próprios, que atingiram 1.361.684.516 AOA, um salto de 213,7% face ao período homólogo. Este fortalecimento deve-se à retenção do Resultado do Exercício de 994.051.767 AOA e à consolidação positiva dos Resultados Transitados, que passaram de um saldo negativo para um excedente de 210.977.666 AOA. Com este desempenho, a FINCREST apresenta um Rácio de Autonomia Financeira de 42,2%, demonstrando uma solvabilidade robusta e uma posição patrimonial sólida perante os reguladores, garantindo total sustentabilidade para os desafios de 2026.

8.3. Principais Indicadores

Indicador	Unidade	2025	2024	Variação (%)
Activo Total	AOA	3 226 452 242	2 101 457 514	+53,5%
Activo Corrente	AOA	2 614 856 771	1 672 851 594	56,30%
Passivo Total	AOA	1 864 413 952	1 667 378 196	11,80%
Passivo Corrente	AOA	1 772 185 186	1 575 149 429	12,50%
Fundos Próprios	AOA	1 361 684 516	434 079 318	213,80%
Resultado Líquido	AOA	994 051 767	333 101 653	198,50%
Margem de Lucro Líquido	%	37,0%	23,0%	14,90%
Rentabilidade Activos (ROA)	%	30,8%	15,9%	23,60%
Rentabilidade Cap. Próprio (ROE)	%	73,0%	76,7%	-3,70%
Rácio de Liquidez Geral	x	1,48	1,06	39,60%
Rácio de Liquidez Imediata	x	0,86	1,02	-15,70%
Endividamento Geral	%	57,8%	79,3%	-21,50%

A performance de 2025 revela um modelo de negócio altamente escalável e eficiente. O ROE (73,0%) permanece num patamar de excelência, indicando que a Sociedade gera 0,73 AOA de lucro por cada 1 AOA de capital próprio investido. O ROA saltou de 15,9% para 30,8%, demonstrando uma optimização crítica na gestão dos activos: a rotação estratégica da carteira de Títulos e a eficiência das operações de REPO permitiram extrair o dobro do valor da mesma base patrimonial em comparação ao ano anterior. A Margem Líquida de 37,0% (superior aos 33,7% anteriormente previstos) confirma que a Sociedade retém mais de um terço da sua receita total como lucro real, mesmo após absorver a expansão dos custos estruturais.

A alteração na estrutura de capitais é o maior indicador de solidez desta gestão. O Endividamento Geral baixou drasticamente de 79,3% para 57,8%, invertendo a lógica de financiamento da instituição: se em 2024 a FINCREST dependia maioritariamente de capitais alheios, em 2025 a Sociedade passou a ser financiada predominantemente por capitais próprios. Esta desalavancagem reduz significativamente o risco financeiro e o custo de capital. O aumento dos Fundos Próprios para 1,36 mil milhões de AOA cria uma “almofada” robusta que permite absorver volatilidades de mercado sem comprometer a continuidade operacional.

Os indicadores de liquidez apresentam uma folga confortável e segura. O Rácio de Liquidez Geral (1,48) indica que os activos realizáveis a curto prazo cobrem as obrigações imediatas com uma margem de segurança de 48%. Embora a Liquidez Imediata se situe em 0,86, a Sociedade mantém uma posição de força, uma vez que a quase totalidade dos seus activos está alocada em instrumentos de altíssima liquidez (Disponibilidades, Títulos e REPOs), garantindo resiliência total em momentos de stress no mercado interbancário.

Do ponto de vista operacional, embora os Custos com Pessoal (905,8 milhões AOA) tenham registado um aumento expressivo, a produtividade por colaborador cresceu a um ritmo superior, actuando como um acelerador de receitas. A capacidade de gerar um Resultado Operacional de 1,31 mil milhões de AOA e um Resultado do Exercício de 994 milhões de AOA, após absorver o investimento em capital humano e tecnologia, é o indicador definitivo de uma gestão que prioriza o crescimento sustentável e a retenção de talentos de alta performance para os desafios de 2026.

09

Proposta de Aplicação de Resultados



9. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando as disposições legais e estatutárias relativas à constituição de reservas, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2025, no montante em kwanzas de 994 051 767 da seguinte forma:

- 1) Reserva Legal: Kz 49 702 588,35
- 2) Resultados Transitados: Kz 944 349 178,65

10

Aprovação
do Conselho de
Administração



10. Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da FINCREST – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. – é o responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras.

Luanda, 29 de Abril de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



11

Demonstrações
Financeiras e
Notas às Contas



11. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

Balanços em 31 de Dezembro De 2025 e 2024

Código	Activo	Notas	31/12/2025			31/12/2024	Código	Passivo Interesses Minoritários e Fundos Próprios	Notas	31/12/2025	31/12/2024
			Valor Bruto	Provisões Imparidades	Valor Líquido	Valor Líquido					
1.10	Caixa e Disponibilidades		1 531 331 949	-	1 531 331 949	1 614 545 178					
1.10.10	Caixa	3	800 000	-	800 000	231 102	2.70	Outras Captações	9	235 815 804	847 815 804
1.10.20	Disponibilidade em Instituições Financeiras	3	1 530 531 949	-	1 530 531 949	1 614 314 076					
							2.75	A diantamento de Clientes	9	2 455 239	-
1.20	Aplicações de Liquidez:		600 003 081	-	600 003 081	4 946 416	-				
1.20.20	Operações de Compra de títulos de terceiro com acordo de revenda	4	600 003 081	-	600 003 081	4 946 416	2.76	Adiantamento de Accionistas	9	92 228 766	92 228 766
						-					727 333 625
1.30	Títulos e Valores Mobiliários:		472 018 786	-	472 018 786	53 360 000	2.80	Outras Obrigações	10	1 534 267 916	
1.30.10	Mantidos para negociação	5	472 018 786	-	472 018 786	53 360 000	2.80.10	Outras Obrigações de Natureza Social		57 007 033	-
							2.80.20	Outras Obrigações de Natureza Fiscal		325 768 337	108 437 811
							2.80.30	Outras Obrigações de Natureza Civil		823 948 279	604 257 227
1.80	Outros Valores		165 567 269	-	177 070 224	24 567 223	2.80.40	Outras Obrigações de Natureza Administrativa e comercial	-	327 544 267	14 638 587
1.80.20	Outros Activos de Natureza Fiscal	6	23 599 661		23 599 661	4 000 347					
1.80.30	Outros Activos de Natureza Civil	6	122 927 629		134 430 585	-	Total do Passivo			1 864 767 725	1 667 378 196
1.80.40	Outros Valores	6	19 039 978	-	19 039 978	20 566 876					
1.85	Adiantamento a Fornecedores		81 424 401	-	81 424 401	9 294 899	4.10	Capital Social	11	140 000 000	140 000 000
	Adiantamento a Fornecedor	7	81 424 401	-	81 424 401	9 294 899	4.30	Reservas e Fundos		16 655 083	-
							4.30	Resultados Transitados		210 977 666	(39 022 334)
							4.50	Resultados do Exercício		994 051 767	333 101 652
1.95	Activo Fixo Tangíveis e Intangíveis		576 858 644	(212 254 843)	364 603 801	394 743 799					
1.95.10	Activos Fixos Tangíveis	8	229 760 893	(90 376 918)	139 383 975	120 777 113					-
1.95.30	Activos Fixos Intangíveis	8	347 097 751	(121 877 925)	225 219 826	273 966 686	Total dos Fundos Próprios			1 361 684 517	434 079 318
Total do Activo			3 427 204 129	(212 254 843)	3 226 452 242	2 101 457 514	Total do Passivo dos Fundos Próprios			3 226 452 242	2 101 457 514

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(O Técnico de Contas)

Edmar Tavares
MC 2026 0546

(A Administração)


Mario Jorge de Jesus Mendes

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro De 2025 E 2024

Rúbricas	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos de Aplicações de Liquidez	20 110 247	7 146 631
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	181 277 874	72 077 485
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	201 388 122	79 224 116
Custos de Operações de Venda de Título para Obtenção de Liquidez	(87 943 256)	-
Custos de Operações de Compra de Título para Obtenção de Liquidez	(3 000 000)	-
Custos de Outras Captações	(151 200 000)	(140 575 401)
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	(242 143 256)	(140 575 401)
Margem Financeira	(40 755 134)	(61 351 285)
Resultados de Negociações de Títulos Ajustes ao Valor Justo	3 310 362 234	1 448 286 890
Resultados de Negociações de Títulos Ajustes ao Valor Justo	3 310 362 234	1 448 286 890
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	(584 926 149)	(312 159 400)
Proveitos de prestação de serviços	336 911 227	21 136 203
Custos com comissões, corretagens e custódias	(921 837 376)	(333 295 603)
Resultado de Intermediação Financeira	2 725 436 085	1 136 127 490
Pessoal	(905 823 940)	(217 893 549)
Fornecimentos de Terceiros	(423 037 670)	(292 012 152)
Outros Custos Administrativos e de Comercialização	(7 389 450)	(27 516 237)
Depreciações e Amortizações	(114 979 777)	(90 193 221)
Custos Administrativos e de Comercialização	(1 451 230 837)	(627 615 159)
Outros Proveitos e Custos Operacionais	84 671 336	(11 717 933)
Resultados Operacionais	1 318 121 450	435 443 113
Resultados não Operacionais	(27 208 953)	-
Resultados Antes dos Impostos e Outros Encargos	1 290 912 497	435 443 113
Encargos Sobre o Resultado Corrente	(296 860 730)	(102 341 461)
Resultado líquido do exercício	994 051 767	333 101 652

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(O Técnico de Contas)

Edma Tavares
MC 20260546

(A Administração)


Mario Jorge de Jesus Mendes



Demonstrações de Mutações de Fundos Próprios os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024.

	Capital próprio	Reservas e Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos próprios
Saldo no final em 31/12/2023	100 000 000	-	(4 598 530)	(34 423 804)	60 977 666
Incorporação dos resultados transitados ao capital	-	-	(34 423 804)	34 423 804	-
Aumento de capital social	40 000 000	-		-	40 000 000
Reservas e Fundos	-	-		-	-
Resultado líquido do exercício	-	-		333 101 652	333 101 652
Saldo no final em 31/12/2024	140 000 000	-	(39 022 334)	333 101 652	434 079 318
Incorporação dos resultados transitados ao capital	-	-	250 000 000	(250 000 000)	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos e prémio a colaboradores	-	-	-	(66 446 569)	(66 446 569)
Transferência para Reservas e Fundos	-	16 655 083	-	(16 655 083)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldo no final em 31/12/2025	140 000 000	16 655 083	210 977 666	994 051 767	1 361 684 516

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(O Técnico de Contas)

Edna Tavares
MC 20260546

(A Administração)


Mario Jorge de Jesus Mendes

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Rúbricas	31/12/2025	31/12/2024
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	201 388 122	72 077 485
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	201 388 122	72 077 485
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	(242 143 256)	(109 690 000)
Pagamentos de custos de outras captações	(242 143 256)	(109 690 000)
Fluxo de Caixa de Margem Financeira	(40 755 134)	(37 612 515)
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	3 310 362 234	1 425 687 761
Fluxo de Caixa do Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários	3 310 362 234	1 425 687 761
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	(584 926 149)	(221 170 523)
Recebimentos de Proveitos de Serviços Financeiros Prestados	336 911 227	20 162 471
Pagamentos de Custos de Comissões, Corretagens e Custódias	(921 837 376)	(241 332 994)
Fluxo de Caixa Operacional da Intermediação Financeira	2 725 436 085	1 204 517 238
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(966 477 185)	(341 993 070)
Pagamentos ao pessoal	(568 200 274)	(136 660 418)
Pagamentos de fornecimento de serviços de terceiros	(190 967 717)	(111 948 837)
Pagamentos de impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	(179 792 957)	(70 316 425)
Pagamento de outros custos administrativos e de comercialização	(27 516 237)	(23 067 391)
Pagamento de Encargos sobre o Resultado	(102 341 461)	-
Pagamento de Impostos sobre o Resultado	(102 341 461)	-
Fluxo de Caixa de outros custos e proveitos operacionais	-	(5 800 407)
Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais	(966 477 185)	(347 793 477)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	1 718 203 766	819 111 245
Fluxos de caixa dos Investimentos de Aplicação de Liquidez	(600 005 524)	205 432 753
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações de Compra de títulos de Terceiros com acordo de revenda	(2 084 802 569)	205 432 753
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações de Venda de títulos de Terceiros com acordo de revenda	1 484 797 045	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	(467 923 203)	(30 760 880)
Fluxo de caixa dos investimentos em Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação	(467 923 203)	(30 760 880)
Fluxo de Caixa de Investimentos de Intermediação Financeira	(1 067 928 727)	174 671 873
Fluxo de Caixa de Activos Fixos tangíveis e Activos Intangíveis		
Fluxo de caixa da aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis	(84 839 779)	(57 560 919)
Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não Operacionais	(27 208 953)	-
Fluxo de caixa de pagamento de dividendos	(9 439 536)	-
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS	(121 488 268)	(57 560 919)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com outras Captações	(612 000 000)	625 972 253
Fluxo de Caixa dos financiamentos com outras captações contratadas	-	578 771 746
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com outras captações	(612 000 000)	47 200 507
Fluxo de Caixa dos Financiamentos de Intermediação Financeira	(612 000 000)	625 972 253
Fluxos de Caixa dos Financiamentos com Fundos Próprios		
Recebimentos por realizações e aumentos de Capital Social	-	40 000 000
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS	(612 000 000)	665 972 253
Variações de Caixa e seus Equivalentes	(83 213 229)	1 602 194 453
Saldo em Disponibilidades no Início do Período	1 614 545 178	12 350 725
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período	1 531 331 949	1 614 545 178
Saldos dos Fluxos de Caixa Monetários do Período	1 531 331 949	1 614 545 178

(O Técnico de Contas)

Edna Tavares
MC 20260546

(A Administração)


Mario Jorge de Jesus Mendes

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 De Dezembro de 2025

1. Nota Introdutória

Em 6 de Setembro de 2021 foi lavrada a escritura pública “tendo iniciado as suas actividades nessa data” de constituição da FINCREST, S.A. – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. (“Fincrest” “Sociedade Distribuidora” ou “Sociedade”) que, nos termos do Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/13, de 09 de Outubro, desenvolverá as seguintes actividades:

- Originação e estruturação de emissões de dívida, papel comercial, de acções, de produtos híbridos e de derivados para investidores domésticos e internacionais;
- Colocação, recepção e transmissão de ordens de compra ou de venda de valores mobiliários em bolsa de valores por conta de clientes e execução dessas ordens em mercado organizado, podendo operar directamente em bolsa de valores e derivados;
- Gestão de carteira própria (“Prop Trading”);
- Actividades de Custódia de Valores Mobiliários;
- Securitização em função do enquadramento regulatório que venha a ser desenvolvido;
- Intermediação em outros mercados financeiros, aos quais as Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários possam vir a ter acesso devidamente regulamentado, nomeadamente, intermediação de mercado monetário e cambial.

2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contábilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para as Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários, nos termos do Regulamento da CMC n.º 10/16, de 6 de Julho, Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações e do princípio do acréscimo, respeitando as características da relevância e fiabilidade e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

As demonstrações financeiras da Fincrest encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no

câmbio médio indicativo e publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efectuada, o Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as suas actividades, tendo em consideração o suporte dos seus accionistas e dada a evolução positiva do seu negócio, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

De acordo com o Plano de Contas para as Instituições Financeiras Não Bancárias, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- O Balanço;
- A Demonstração de Resultados;
- A Demonstração de Mutações de Fundos Próprios;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa; e
- As Notas às demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, foram aprovadas em 06 de Abril de 2026.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no regulamento da CMC, sendo que, as notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis à Sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2.2 Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização do exercício

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Transacções em moeda Estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kz à taxa de câmbio indicativa publicada pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”) na data da transacção.

Os activos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Kz à

taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do Balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, são registados ao custo histórico – excepto as imobilizações financeiras, se aplicável – e são convertidos para Kz à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os câmbios de referência do Kwanza (Kz) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD), Euro (EUR) foram as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
USD / KZ	912,286	912,000
EUR / KZ	1.069,522	949,483

c) Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

• Reconhecimento e mensuração

Os activos fixos tangíveis e intangíveis correspondem essencialmente a equipamentos administrativos e informáticos, assim como a software, e licenças de Aplicações. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

• Amortizações / Depreciações

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os períodos de vida útil esperada, como resultado da aplicação das taxas de amortização constantes no Decreto Presidencial n.º 207/15 que estabelece o regime de reintegrações e amortizações aplicável aos bens do activo imobilizado.

Tipologia	Anos
Imóveis de uso - Benfeitorias	5
Móveis, utensílios e equipamentos	3
Outros activos tangíveis	4
Sistemas de tratamento automático de dados (softwares)	3
Outros activos intangíveis	3

d) Provisões e Contingências

• Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

• Passivos contingentes

Caso a Sociedade tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando: (i) a Sociedade tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo da Sociedade; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que a Sociedade tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

• Activos contingentes

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

e) Fluxo de Caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Sociedade considera como disponibilidades o total do saldo da rubrica de Disponibilidades.

f) Valores a Receber e Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa

Os valores a receber (clientes, adiantamentos a fornecedores, etc.) são reconhecidos pelo custo de aquisição na data da transacção.

g) Transacções acordo de recompra

Os títulos comprados com acordo de revenda (reverse repo) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como disponibilidades. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos vendidos com acordo de recompra (repo) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em outras obrigações. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os activos dados em garantias pela Sociedade através de acordos de recompra e outras operações não são desreconhecidas porque a Sociedade detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

h) Títulos e Valores Mobiliários (Classificação e Mensuração)

Tendo em consideração o modelo de negócio, os títulos e valores mobiliários são classificados numa das seguintes categorias:

• Mantidos para negociação e disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e disponíveis para venda devem ser ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

- à adequada conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos para negociação; e
- à conta destacada de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente quando de sua venda definitiva.

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda utilizada pela Fincrest SDVM é efectuada através do preço médio de negociação no dia de apuramento ou, quando não disponível, o preço média de negociação no dia útil anterior.

• Mantidos até ao vencimento

Devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pela fluência de seus prazos, reconhecendo-se eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do resgate pela diferença entre o preço de resgate e o seu valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico. As acções não podem ser classificadas na categoria de títulos mantidos até ao vencimento.

i) Comissões (Proveitos e Custos)

Os rendimentos e encargos de comissões resultantes de serviços e comissões são calculados tendo por base o preçário em vigor na Sociedade e são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- 1) Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- 2) Quando resultam da prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os principais rendimentos de comissões da Sociedade correspondem a comissão de pagamento de juros e intermediação de títulos.

Os encargos com comissões são relativos aos serviços prestados por terceiros na angariação de Clientes.

i) Suprimentos/ Adiantamentos dos accionistas

Os suprimentos e adiantamentos dos accionistas são classificados como passivos financeiros, uma vez que há obrigação de reembolso conforme os termos acordados. No caso dos suprimentos, os juros incorridos são reconhecidos como despesa financeira do período na rubrica “Custos de Outras Captações”.

j) Impostos Sobre o Lucro

Os impostos sobre os lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

• Impostos correntes

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores.

Adicionalmente, de acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 64.º da Lei n.º 16/14, de 22 de Outubro – Lei que aprova o CII, as prestações de serviços de qualquer natureza, estão sujeitas a tributação, por retenção na fonte à taxa de 6,5%.

As declarações fiscais estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a exercícios anteriores venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

• Impostos Diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizados na determinação do lucro tributável. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

k) Outros Impostos Relevantes

• Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)

O Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), aprovado pela Lei n.º 7/19, publicada em Diário da República a 24 de Abril de 2019, e alterado pela Lei n.º 17/19, de 13 de Agosto, veio introduzir, na legislação angolana, um novo imposto sobre o consumo, o qual entrou em vigor a 1 de Outubro de 2019. Com efeito, o IVA revogou e substituiu o Imposto de Consumo que até então vigorava no ordenamento jurídico angolano.

A Fincrest, enquanto contribuinte cadastrado na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes, enquadra-se no Regime Geral deste imposto, estando obrigada a cumprir todas as regras e obrigações declarativas previstas neste âmbito.

Regra geral, são tributadas em IVA, à taxa de 14%, as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados pela Fincrest. Neste sentido, somos um contribuinte que realiza operações tributadas de IVA, pelo que o Banco procedemos à dedução do imposto mediante a aplicação dos métodos previstos na legislação em vigor, com excepção do IVA das despesas expressamente excluídas do direito à dedução.

Mensalmente, a Fincrest tem a obrigação de cumprir as obrigações associadas ao IVA, nomeadamente (i) a submissão à AGT da declaração periódica, incluindo os respectivos Anexos, na qual apura o montante de IVA a pagar ao Estado (ou o eventual crédito gerado), (ii) o pagamento do imposto apurado, até ao último dia do mês seguinte a que respeitam as operações realizadas, e (iii) as restantes obrigações declarativas, como o reporte dos ficheiros SAF-T(AO) de Facturação e de Aquisições de bens e serviços. De acordo com a legislação em vigor, as declarações periódicas de IVA podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao período a que respeitam.

• Substituição Tributária

No âmbito da sua actividade, a Sociedade assume a figura de substituto tributário, efectuando retenção na fonte dos impostos relativos a terceiros, o qual entrega posteriormente ao Estado.

- **Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”)**

De acordo com o Decreto Legislativo Presidencial n.º 02/14, de 20 de Outubro, a Sociedade procede à retenção na fonte de IAC, à taxa prevista na Lei, sobre os juros de títulos de dívida e depósitos a prazo.

2.3. Principais Estimativas Contabilísticas

Os principais julgamentos efectuados pelo Conselho de Administração na aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade e as estimativas com maior impacto nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são apresentados de seguida:

- **Imposto sobre Lucros**

Os impostos sobre os lucros são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor (código do imposto industrial aprovado pela Lei n.º 19/14 de 22 de Outubro e alterado pela Lei n.º 26/20, de 20 de Julho). No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações, o que pode resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício. A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade, durante um período de cinco (5) anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração, considera que não terão um efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

- **Mensuração do Justo Valor**

A mensuração ao justo valor das ações detidas pela Sociedade, é feita pela utilização dos valores de mercado, sempre que estes estejam disponíveis de forma fiável. Neste sentido, a Sociedade recorre ao site oficial da BODIVA – Bolsa de Dívida e Valores de Angola – para obter, na data de relato, os preços ajustados de mercado das ações cotadas. Estes preços refletem as condições de mercado mais atualizadas e são utilizados como base para a determinação do justo valor dos instrumentos financeiros, assegurando a adequada mensuração e apresentação nas demonstrações financeiras, de acordo com o princípio da fidedignidade da informação.

- **Amortizações e Depreciações**

Nos termos do Decreto Presidencial n.º 207/15, a depreciação e a amortização correspondem ao reconhecimento sistemático da perda de valor dos activos fixos tangíveis e intangíveis, respectivamente, ao longo da sua vida útil. As estimativas contabilísticas associadas a estes

encargos baseiam-se na natureza dos activos, na sua utilização esperada e na experiência passada, sendo periodicamente revistas para garantir a sua razoabilidade e conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para as Instituições Financeiras Não Bancárias. Esta abordagem assegura uma representação fiel e prudente dos resultados do exercício e da posição financeira da Sociedade.

3. Caixa e Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de disponibilidades apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	800 000	231 102
Disponibilidades em Instituições Financeiras em moeda nacional Banco SOL	333 784 179	757 282 748
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	37 151 862	854 569 468
Banco Millennium Atlantico	8 729 416	1 000 000
Banco de Negócios Internacional	3 581 762	-
Banco de Crédito do Sul	1 279 509	-
Banco Yetu, SA.	904 240	941 860
Banco VALOR	500 000	500 000
Banco BIC	20 000	20 000
Disponibilidades em Instituições Financeiras em moeda estrangeira Banco SOL	1 144 580 981	-
	1 531 331 949	1 614 545 178

A rubrica de “Caixa” refere-se aos valores monetários mantidos fisicamente pela Sociedade, seja em espécie ou armazenados num cofre. Estes montantes representam dinheiro disponível para despesas imediatas e de pequeno porte, garantindo liquidez operacional sem a necessidade de transacções bancárias.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as disponibilidades não são remuneradas.

4. Aplicação de Liquidez

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Aplicação de Liquidez apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Operações de Compra de Títulos de Terceiros com acordo de revenda Outros Títulos	600 003 081	4 946 416
EUR / KZ	600 003 081	4 946 416

Em 31 de Dezembro de 2025, as “Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda” corresponde a uma operação de compra de obrigações de tesouro não reajustáveis com acordo de revenda, celebrada com taxa de juro de 20%, pelo prazo de 269 dias, no montante de 600 003 081 kwanzas.

Em Dezembro de 2023, a Sociedade celebrou um contrato de Compra de títulos com acordo de revenda com a Angola Telecom, pelo prazo de 2 anos e com uma taxa de juros de 16,75%. Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo de balanço desta rubrica refere-se a uma parte dos juros a receber da operação.

Durante o exercício de 2024, as partes acordaram a rescisão do contrato

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

31/12/2025	Emissor	Domicílio	Moeda	Custo de aquisição	Juros	Ajuste do Justo Valor/ corridos Imparidade	Valor do Balanço	
Títulos de Rendimento Fixo								
OT-ME	EI13G30A	Angola	USD	467 923 203	4 095 584	-	472 018 787	
				467 923 203	4 095 584	-	472 018 787	
							-	
31/12/2024	Emissor	Domicílio	Moeda	Custo de aquisição	Custo de aquisição	Juros	Ajuste do Justo Valor/ corridos Imparidade	Valor do Balanço
Títulos de Rendimento Variável								
Acções	BAI	Angola	AOA	30 760 880	-	22 599 120	53 360 000	
				30 760 880	-	22 599 120	53 360 000	

Em 31 de Dezembro de 2025, a cotação de mercado das obrigações do tesouro em moeda estrangeira, na carteira, era equivalente ao preço de aquisição (100%).

Durante o exercício de 2025, a carteira de títulos e valores mobiliários apresentou o seguinte movimento:

	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Mais/menos valias (Nota 14)	Variação de justo valor	Juros Corridos	Alienações	Saldo em 31/12/2025
Títulos de Rendimento Fixo							
Títulos de Dívida Pública	-	25 952 650 905	2 235 159 562	-	181 277 874	(27 897 069 554)	472 018 787
Títulos de Rendimento Variável							
Acções	53 360 000	745 866 000	1 075 202 673	-	-	(1 874 428 673)	-
	53 360 000	26 698 516 905	3 310 362 234	-	181 277 874	(29 771 498 227)	472 018 787
	Saldo em 31/12/2023	Aquisições Mais/menos valias	Variação de (Nota 14)	justo valor	Juros Corridos	Alienações	Saldo em 31/12/2024
Títulos de Rendimento Fixo							
Títulos de Dívida Pública	-	14 971 735 711	1 379 288 788	-	-	(16 351 024 499)	-
Títulos de Rendimento Variável							
Acções	-	97 864 679	46 398 982	22 599 120	-	(113 502 781)	53 360 000
		15 069 600 390	1 425 687 770	22 599 120	-	(16 464 527 280)	53 360 000

As acções detidas pela Sociedade, em 31 de Dezembro de 2024, foram alienadas ao preço de mercado tendo gerado um proveito reconhecido na rubrica de “Resultados de negociação ao justo valor” (Nota 14).

Durante o exercício, a Sociedade adquiriu acções resultantes do IPO do Banco BFA, tendo alienado com proveito 1 074 988 873 kwanzas (Nota 14).

6. Outros Valores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Valores		
Outros Valores de Natureza Fiscal	23 599 661	4 000 347
Iva a recuperar	23 599 661	4 000 347
Outros Valores de Natureza Cível	122 927 629	-
Devedores pela prestação de serviços	122 927 629	-
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização	19 039 978	20 566 876
Subscrição de Software DCS	8 531 948	7 077 878
Subscrição de Software Marlin	927 838	3 224 071
Subscrição de Software PF Sense	-	9 000 000
Software Primavera	1 575 000	-
Prémios de Seguro	2 428 035	1 264 927
Adiantamentos e antecipações salariais	1 840 000	-
Outros valores	3 737 156	-
Total	165 567 269	24 567 223

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica IVA a recuperar foi recuperado através de dedução no início de 2026.

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica de “Devedores pela prestação de serviços” corresponde essencialmente a serviços de intermediação financeira prestados para a carteira própria do Banco Crédito do Sul.

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização” refere-se a licenças de softwares, prémios de seguros, antecipação salarial e outros valores, cujos custos se encontram a ser diferidos pelo prazo a que dizem respeito.

7. Adiantamento a Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a Fornecedores		
Adiantamento a Fornecedores EUR / KZ	81 424 401	9 294 899
	81 424 401	9 294 899
Total	81 424 401	9 294 899

Em 31 de Dezembro de 2025, na rubrica de “Adiantamento a fornecedores” refere-se a um adiantamento efectuado a fornecedores para a disponibilização de brindes, cartões de consumo, equipamentos informáticos, manutenção de viatura e outros.

Em 31 de Dezembro de 2024, na rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” refere-se a um adiantamento efectuado a um fornecedor para a disponibilização de materiais personalizados com a marca (canetas, agendas, calendários, etc.).

Os materiais foram recebidos em Fevereiro de 2025.

8. Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em 2025, os movimentos ocorridos nas rubricas de Activos Fixos tangíveis e Intangíveis são conforme segue:

	31/12/2024				Amortização do Exercício	31/12/2025		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis								
Activos Fixos Tangíveis	158 237 193	(37 460 080)	120 777 113	71 523 700	(52 916 838)	229 760 893	(90 376 918)	139 383 975
Imóveis de Uso	71 056 852	(18 254 110)	52 802 742	5 072 000	(14 634 037)	76 128 852	(32 888 147)	43 240 705
Móveis, Utensílios e Equipamentos	73 583 850	(18 356 189)	55 227 661	65 095 016	(34 883 678)	138 678 866	(53 239 867)	85 438 999
Outros Activos Fixos Tangíveis	13 596 491	(849 781)	12 746 710	1 356 684	(3 399 123)	14 953 175	(4 248 904)	10 704 271
Activos Fixos Intangíveis	333 781 672	(59 814 986)	273 966 686	13 316 07	(62 062 939)	347 097 751	(121 877 925)	225 219 826
Software	294 195 862	(56 218 288)	237 977 574	7 466 079	(60 536 123)	301 661 941	(116 754 411)	184 907 529
Outros Activos Intangíveis	6 802 382	(3 596 698)	3 205 684	5 850 000	(1 526 816)	12 652 382	(5 123 514)	7 528 868
Activos Intangíveis em Curso	32 783 428	-	32 783 428	-	-	32 783 428	-	32 783 428
	492 018 865	(97 275 066)	394 743 799	84 839 779	(114 979 777)	576 858 644	(212 254 843)	364 603 801

	31/12/2023				Amortizações do Exercício	31/12/2024		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis								
Activos Fixos Tangíveis	82 149 572	(4 557 388)	77 592 184	76 087 621	(32 902 692)	158 237 192	(37 460 080)	120 777 112
Imóveis de Uso - Benfeitorias	48 682 090	(730 231)	47 951 859	22 374 760	(17 523 878)	71 056 851	(18 254 110)	52 802 741
Móveis, Utensílios, Instalações	33 467 481	(3 827 157)	29 640 325	39 190 435	(14 529 033)	73 583 850	(18 356 189)	55 227 661
Equipamentos de transporte	-	-	-	13 596 491	(849 781)	13 596 491	(849 781)	12 746 711
Activos Fixos Intangíveis	42 311 672	(2 524 457)	39 787 216	291 470 000	(57 290 530)	333 781 672	(59 814 986)	273 966 686
Software	6 195 862	(713 208)	5 482 654	288 000 000	(55 505 081)	294 195 862	(55 505 081)	238 690 781
Outros Activos Intangíveis	3 332 382	(1 811 249)	1 521 133	3 470 000	(1 785 449)	6 802 382	(4 309 906)	2 492 476
Activos Intangíveis em Curso	32 783 428	-	32 783 428	-	-	32 783 428	-	32 783 428
	124 461 244	(7 081 845)	117 379 400	367 557 621	(90 193 221)	492 018 865	(97 275 066)	394 743 799

A rubrica de “Móveis, utensílios e equipamentos” inclui aquisições de servidores, computadores e outros bens utilizados na actividade da Sociedade.

A rubrica “Activos Intangíveis em curso”, inclui o custo com um Software que se encontra em desenvolvimento pela Produsol, projectado especificamente para atender as necessidades da Sociedade. É expectativa que a sua implementação ocorra até 2027.

9. Outras Captações e Adiantamento de Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo decompõe-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras Captações		
Empréstimo dos Sócios		
Capital	231 215 804	831 215 804
Juros de Suprimento	4 600 000	16 600 000
Adiantamento de Sócios		
Adiantamento de Sócios	92 228 766	92 228 766
	328 044 570	940 044 570

Os “Empréstimos dos Accionistas” foram contratualizados em Maio de 2024, pelo montante de 930 000 000 kwanzas, sendo remunerados à taxa de juros mensal de 2%. De acordo com o contrato, os empréstimos devem começar a ser reembolsados ao fim de 3 anos. Não obstante, tal como no exercício de 2024, no exercício de 2025, foram liquidados antecipadamente 600 000 000 kwanzas e os juros.

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo decompõe-se conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimo dos Sócios		
Capital	231 215 804	831 215 804
Alberto Jorge de Jesus Mendes	50 000 000	831 215 804
Mário Jorge de Jesus Mendes	181 215 804	16 600 000
Juros de Suprimento	4 600 000	16 600 000
Alberto Jorge de Jesus Mendes	1 000 000	3 000 000
Mário Jorge de Jesus Mendes	3 600 000	13 600 000
	235 815 804	847 815 804

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Adiantamento de accionistas” decompõe-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Sócios		
Alberto Jorge de Jesus Mendes	40 000 000	40 000 000
Casaementa - Prestação de Serviços, Lda	52 228 766	52 228 766
	92 228 766	92 228 766

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica refere-se aos montantes adiantados pelos accionistas, para liquidação de despesas em nome da Sociedade, os quais não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

10. Outras Obrigações

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras Obrigações de Natureza Social	57 007 033	-
Dividendos a pagar	57 007 033	-
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	325 768 338	108 437 811
Impostos s/os resultados correntes	296 860 730	102 341 461
Imposto sobre o rendimento de trabalho	29 264 991	4 793 733
Imposto sobre aplicação de capitais	-	1 660 000
Retenção na fonte - Activo	(357 383)	(357 383)
Outras obrigações de Natureza Cível	823 948 279	600 878 326
Fornecedores	561 364 916	470 081 865
Comissão de Negócio e Eventos a pagar	221 083 363	71 396 461
Auditoria Financeira	41 500 000	59 400 000
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização	327 544 266	18 017 488
Taxa de Supervisão CMC	-	3 378 901
Contribuição a Segurança Social	7 597 743	1 445 867
Outros custos Administrativos e de Comercialização a Pagar	319 946 523	13 192 719
	1 534 267 916	727 333 625

Em 31 de Dezembro de 2025, encontra-se pendente liquidação os dividendos a accionistas aprovados sobre o resultado líquido do exercício de 2024.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica de “Impostos s/os resultados correntes” corresponde ao apuramento de imposto industrial a liquidar referentes aqueles exercícios.

O saldo da rubrica “Imposto sobre Aplicação de Capitais (IAC)” resulta da retenção na fonte efectuada pela Sociedade sobre os pagamentos de juros dos suprimentos aos accionistas, conforme legislação tributária vigente.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica de “Fornecedores”, corresponde essencialmente a saldos a liquidar junto da entidade Produsol, Lda. referente a subscrição do software PF Sense.

A rubrica “Comissão de negócios e Eventos” refere-se a acréscimos de comissões a pagar aos Bancos BAI e SOL, BMA e BCS, enquanto Bancos liquidadores das operações da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros custos Administrativos e de Comercialização a pagar” detalha-se conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Outros custos Administrativos e de Comercialização a pagar		
Subsídio e mês de férias	19 946 523	13 192 719
Prémios de desempenho	300 000 000	-
	319 946 523	13 192 719

11. Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Fincrest, no valor de 140 000 000 kwanzas, encontrava-se representado por 140 000 acções, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelos accionistas abaixo descritos:

	% N° acções	Valor Nominal	%
Casaemanta Portugal, Lda	40 000	40 000 000	29%
Casaemanta - Prestação de Serviços, Lda	10 000	10 000 000	7%
Well Drill, Lda	10 000	10 000 000	7%
Alberto Jorge de Jesus Mendes	40 000	40 000 000	29%
Mário Jorge de Jesus Mendes	40 000	40 000 000	29%
	140 000	140 000 000	100%

	Saldo em 31-12-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2025
Casaemanta Portugal, Lda	40 000 000	-	-	40 000 000
Casaemanta - Prestação de Serviços, Lda	10 000 000	-	-	10 000 000
Well Drill, Lda	10 000 000	-	-	10 000 000
Alberto Jorge de Jesus Mendes	40 000 000	-	40 000 000	-
Mário Jorge de Jesus Mendes	40 000 000	-	40 000 000	24 567 223
	140 000 000	-	-	140 000 000

12. Resultados de Instrumentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos de Instrumentos Financeiros		
Activos Proveitos de Aplicação de Liquidez	201 388 122	79 224 116
Juros de obrigações (Nota 5)	181 277 874	72 077 485
Juros de operações de compra de títulos de terceiros com acorda de revenda (Nota 4)	20 110 247	7 146 631
Custos de operações para obtenção de Liquidez	(90 943 256)	-
Custos de Operações de Venda de Títulos de Terceiros com Acordo de Recompra	(87 943 256)	-
Custos de Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda	(3 000 000)	-
Outras Captações		
Custos de outras captações	(151 200 000)	(140 575 401)
Juros de Suprimento (Nota 9)	(151 200 000)	(138 800 000)
Juros devedores DO	-	(1 775 401)
	(40 755 134)	(61 351 285)

Os saldos de “proveitos de aplicações de liquidez” resultam dos juros dos cupões das obrigações detidas pela Sociedade, adquiridas e alienadas durante o exercício de 2025.

Os saldos de “Juros de suprimentos” correspondem aos juros suportados com os empréstimos dos accionistas (Nota 9), sendo os mesmos remunerados à taxa de juro mensal de 2%.

13. Resultado de Negociação ao Justo Valor

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo desta rubrica apresenta as valias reais geradas pela compra e venda de títulos e valores mobiliários:

	Aquisições		Alienações		Valia
	Montantes	Quantidades	Montantes	Quantidades	Montantes
Títulos e Valores Mobiliários					
Títulos de Dívida Pública	(25 952 650 905)	(21 601 076)	27 897 069 554	21 302 995	-
Acções	(745 866 000)	(15 068)	1 874 428 673	17 388	2 235 159 562
	(26 698 516 905)	(21 616 144)	29 771 498 227	21 320 383	3 310 362 234

Durante o exercício, o resultado de negociação ao justo valor inclui as valias realizadas através da compra e venda de títulos de dívida pública Angolana e acções cotadas em bolsa, com principal destaque para as acções do Banco Fomento de Angola.

Em 31 de Dezembro de 2025, os títulos de dívida pública em carteira não geraram valias potenciais.

14. Resultados de Prestação de Serviços Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de Prestações de Serviços Financeiros		
Proveito de Prestação de Serviços Financeiros	336 911 227	21 136 203
Serviços de Intermediação Financeira	310 969 701	9 492 189
Comissão sobre juros de cupão	25 941 526	11 644 015
Custos de Prestação de Serviços Financeiros	(921 837 376)	(333 295 602)
Custo de Corretagem	(645 130 798)	(261 899 084)
Comissão de eventos e negócios	(225 118 001)	(71 396 461)
Outros	(51 588 576)	(57)
	(584 926 149)	(312 159 399)

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica de “Outros” corresponde a custos de custódia.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os custos com corretagem são decompostos pelos seguintes angariadores:

	31/12/2025	31/12/2024
Custos de corretagem e angariação		
AGROAKIN	248 385 744	56 207 720
Muana Wetto	160 000 000	-
C2G Comércio Geral	122 661 933	81 993 334
Double MG	95 382 140	56 287 724
Outros	18 700 981	67 410 307
	645 130 798	261 899 084

Os custos com corretagem decorrem de comissões pagas a intermediários da Sociedade pela angariação de negócio. Durante o exercício de 2025, não houve rescisões de contratos com os intermediários.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as “comissões de eventos e negócios” são decompostas pelas seguintes entidades:

	31/12/2025	31/12/2024
Comissão de eventos e negócios		
Banco SOL	127 574 807	67 387 023
Banco BCS	73 393 768	-
Banco BAI	7 264 564	4 009 439
Banco BMA	832 934	-
Banco BNI	474 587	-
Outros	15 577 341	
	225 118 001	71 396 462

Os outros custos com comissões de eventos e negócios correspondem essencialmente aos custos com a CEVAMA / Bodiva.

Face a 2024, o incremento verificado em 2025 resulta do aumento de negócio e trades realizados, bem como a celebração de contratos com novos bancos liquidatários.

15. Custos com Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Custos com Pessoal		
Orgãos Sociais	513 937 820	128 775 552
Prémios	288 406 715	21 715 654
Remuneração Base	162 396 709	47 486 436
Subsídios de Férias, Natal e Alimentação	27 057 726	6 265 571
Encargos Sobre Remuneração	24 026 670	5 741 123
Formação	50 000	40 566 768
Outros	12 000 000	7 000 000
Empregados	391 886 121	89 117 997
Ordenados	160 799 320	44 787 650
Prémios	152 236 366	16 461 757
Subsídios de Férias, Natal e Alimentação e Transporte	26 671 239	8 828 914
Formação	29 034 142	-
Encargos Sobre Remuneração	13 730 158	5 302 131
Seguros	7 174 895	3 000 640
Outros	2 240 000	10 736 905
	905 823 941	217 893 549
Nº Colaboradores	25	9

Em 31 de Dezembro de 2025, os saldos da rubrica de “custos com pessoal” aumentaram devido ao crescimento da estrutura organizacional da Fincrest, dado o aumento de actividade verificado em 2025.

Na rubrica de “Prémios – Orgãos Sociais” encontra-se registado no prémio pago em Janeiro de 2025, ao Presidente do Conselho de Administração, no montante de 137 406 715 Kwanzas aprovado em Assembleia Geral. Adicionalmente, nas rubricas de “Prémios” encontram-se registados os prémios atribuídos aos órgãos sociais e colaboradores, tendo em consideração o seu desempenho durante o ano de 2025, reconhecido como acréscimo de custos na rubrica de “Outras Obrigações” (Nota 10), a ser liquidado durante o ano de 2026.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os colaboradores, por categoria, decompunham-se como segue:

Categoria	2025	2024
Colaboradores com cargo de Gestão	1	1
Cargos de Supervisão	7	2
Função Técnica	12	2
Função Administrativa e Diversos	5	4
	25	9

16. Fornecimento de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Auditorias, consultorias e outros serviços técnicos especializados	144 261 125	137 674 263
Comunicações	18 960 093	2 970 770
Segurança, conservação e reparação	17 791 762	1 917 556
Materiais diversos	11 320 127	13 131 683
Transportes, deslocações e alojamentos	5 646 440	31 838 836
Publicações, publicidade e propaganda	3 140 000	448 750
Rendas e Aluguer	1 998 546	-
Água e energia	1 344 348	510 088
Seguros	36 909	34 527
Outros fornecimentos de terceiros	218 538 320	103 485 678
	423 037 670	292 012 152

Em 2025, o saldo da rubrica de “Outros fornecimentos de terceiros” é composto essencialmente pelos seguintes custos:

- Brindes e eventos corporativos – 110 625 000 kwanzas;
- Subscrição anual de softwares – 39 774 857 kwanzas

17. Outros Custos Administativos e de Comercialização

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Custos administrativos e de comercialização		
Taxa de Supervisão CMC	7 389 451	5 576 814
Taxa BODIVA	-	21 939 423
	7 389 451	27 516 237

18. Outros Proveitos e Custos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Custos e Proveitos operacionais		
Outros Proveitos Operacionais	99 077 930	12 825
Diferenças Cambiais favoráveis	89 353 917	-
Descontos de Pronto Pag, Obtido	9 724 013	12 825
Outros Custos Operacionais	(14 406 593)	(11 730 758)
Imposto sobre aplicação de capitais	(9 063 357)	-
Despesas Bancárias	(3 610 573)	(4 525 937)
Diferenças Cambiais desfavoráveis	(1 732 664)	(3 599 093)
Outros Custos Operacionais	-	(3 605 728)
	84 671 336	(11 717 933)

Em 31 de Dezembro de 2025, as diferenças cambiais favoráveis resultam de um REPO em moeda estrangeira, celebrado com a Angola Telecom, em que foi negociado um câmbio específico, ao invés de uma taxa de juro REPO.

19. Resultados não Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultados não operacionais	27 208 953	-
Donativos não aceites	22 262 537	-
Correcções do exercício anterior	4 946 416	-
	27 208 953	-

20. Impostos Sobre o Resultado

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os “Encargos Sobre o Resultado Corrente” (imposto sobre o rendimento) foi estimado conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Contabilístico	1 290 912 497	435 443 113
A somar: Variações patrimoniais positivas	77 808 298	10 605 728
Seguros do ramo vida e saúde (artigo 18.º) CII	6 885 988	-
Imposto sobre Aplicação de Capitais (artigo 18.º) CII	9 063 357	-
Donativos não previstos (artigo 19.º) CII	22 262 537	-
Juros de empréstimos dos sócios / accionistas (artigo 16.º)	34 650 000	-
Correcções relativas a exercicios anteriores e extraordinários (artigo 18.º) CII	4 946 416	-
Despesas não documentadas (artigo 17.º) CII	-	10 605 728
A deduzir: Variações patrimoniais negativas	(181 277 874)	-
Proveitos sujeitos a IAC (artigo 47º) CII	(181 277 874)	-
Apuramento da matéria Colectável		
Lucro tributável (Prejuízo fiscal)	1 187 442 921	446 048 841
Deduções a matéria colectável		
Lucro tributável (Prejuízo fiscal)	-	(36 682 997)
Matéria colectável	1 187 442 921	409 365 844
Taxa nominal de Imposto	25%	25%
Imposto sobre os lucros	296 860 730	102 341 461

21. Contas Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e Valores Mobiliários		
Títulos de dívida Pública em moeda nacional	36 026 531 701	6 123 800 000
	36 026 531 701	6 123 800 000

Nesta rubrica encontram-se registados os valores nominais dos títulos e valores mobiliários registados nas contas dos clientes da Sociedade.

22. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas com a Sociedade:

- Aquelas em que a Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira - Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- As entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira da Sociedade - Accionistas; e

- c. Os membros de pessoal chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, os saldos e as transacções com partes relacionadas, têm a seguinte composição:

31/12/2025	Passivo		Custos			
	Casaemanta - Prestação de Serviços, Lda	Total	Custos de Outras Captações (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Fornecimento de serviços de terceiros (Nota 16)	Total
Accionistas / Órgãos Sociais						
Alberto Jorge de Jesus Mendes	(91 000 000)	(91 000 000)	(28 000 000)	-	-	(28 000 000)
Mário Jorge de Jesus Mendes	(184 815 804)	(184 815 804)	(123 200 000)	(592 354 982)	-	(715 554 982)
Casaemanta - Prestação de Serviços, Lda	(52 228 766)	(52 228 766)	-	-	(1 225 000)	(14 053 000)
	(328 044 570)	(328 044 570)	(151 200 000)	(592 354 982)	(1 225 000)	(744 779 982)
31/12/2024	Passivo		Custos			
	Casaemanta - Prestação de Serviços, Lda	Total	Custos de Outras Captações (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Fornecimento de serviços de terceiros (Nota 16)	Total
Accionistas / Órgãos Sociais						
Alberto Jorge de Jesus Mendes	(193 000 000)	(193 000 000)	(30 000 000)	-	-	(30 000 000)
Mário Jorge de Jesus Mendes	(694 815 804)	(694 815 804)	(108 800 000)	(61 274 866)	-	(170 074 866)
Casaemanta - Prestação de Serviços, Lda	(52 228 766)	(52 228 766)	-	-	(14 053 000)	(1 225 000)
	(940 044 570)	102 341 461	(138 800 000)	(61 274 866)	(14 053 000)	(214 127 866)

As transacções com partes relacionadas foram efectuadas a preços de mercado.

23. Eventos Subsequentes

Não ocorreram factos ou situações após a data do balanço que impliquem registo e/ou divulgações adicionais nas contas de 2025.

12. Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA FINCREST – SDVM, S.A. A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FINCREST/CFI/001/2025

Exmo(a)s. Senhore(a)s Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, designadamente o regulamento da CMC nº10/16 de 6 de julho, – que aprova o plano de contas das instituições financeiras e não bancárias, e o regulamento de funcionamento do Conselhos Fiscal – aprovado pelo Conselho de Administração – O CFI submete à consideração de V. Ex^a o Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras com referência à 31 de Dezembro de 2025 da **Fincrest – SDVM, S.A.** que compreendem o Balanço para o qual evidência um Activo de Kz 3 226 452 242, Passivo de Kz 1 864 767 725 de Kwanzas e uma estrutura de Capitais Próprios de Kz 1 361 684 516, incluindo um Resultado Líquido do Exercício positivo de Kz 994 051 767 de Kwanzas.

Em 28 abril 2026, conforme acta em anexo, o CFI procedeu à análise que, na circunstância, se mostraram apropriadas e apreciou o Balanço, as Demonstrações Financeiras e as respetivas notas bem como o relatório de gestão, todos estes documentos foram elaborados em observância dos princípios contabilísticos geralmente aceite em Angola, bem com as normas aplicáveis às sociedades distribuidoras de valores mobiliários.

Para o período em referência a **Fincrest – SDVM, S.A** apresenta o resultado fiscal positivo de 1 187 442 921 de Kwanzas, tendo em conta este resultado, a Administração analisará em função da sua liquidez a possibilidade do pagamento total ou fracionado do imposto industrial no valor de 296 860 730 de Kwanzas, mediante um acordo com Administração Geral Tributária.

Para o período em referência o auditor externo **Deloitte Auditores, Lda**, em seu relatório, não expressa nenhuma reserva quando as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão em 31 de dezembro 2025.

Verificamos que foram cumpridas as obrigações da legislação fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, deferidas ou contingentes estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais. Concluímos que não existem elementos materiais ou substancialmente relevantes para contingência fiscais ou sociais.

+244 941 313 106 info@fincrestsdivm.com

Rua Robert Shields 25, Ingombotas, Luanda - Angola



FINCREST

NIF: 5000822540

Assim, o conselho Fiscal, é de parecer favorável à aprovação das contas referente o exercício de 2025.

Luanda aos 29 de Abril de 2026

Conselho Fiscal

Junqueira Ngola
(Presidente)

Bernardo Afonso
(Vogal)

João Silva
(Vogal)



FINCREST

+244 941 313 106 info@fincrestdvm.com

Rua Robert Shields 25, Ingombotas, Luanda - Angola

13. Parecer do Auditor Externo

Deloitte.

Deloitte Auditores, Lda.
Inscrição na OCPCA n.º
E20170011
CMC N.º 003/SAE/DSEA/CMC/04-
2016
Via S8, Bloco 4 - 5º, Talatona
República de Angola

Tel: +(244) 923 168 100
www.deloitte.com/africa-lusofona

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas
da FINCREST – SDVM, S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Para efeitos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por CódVM) e no Regulamento n.º 1/22, de 9 de Fevereiro, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da FINCREST – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. (adiante designada por “Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, que evidencia um total de 3 226 452 242 kwanzas e um total dos fundos próprios de 1 361 684 517 kwanzas, incluindo um resultado líquido de 994 051 767 kwanzas, as demonstrações dos resultados por naturezas, de mutuações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da FINCREST – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A., em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e com as normas contabilísticas aplicáveis às Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários, emitidas pela Comissão de Mercado de Capitais (“CMC”) em vigor em 31 de Dezembro de 2025.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direccionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por quotas | NIF: 5401022670 | Matrícula CRC de Luanda: 106/1997 | Capital social: KZ 1.000.000.000,00
Sede: Condomínio Cidade Financeira, Via S8, Bloco 4 - 5º, Talatona, Luanda

© 2026. Para informações, contacte Deloitte Auditores, Lda.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para as Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

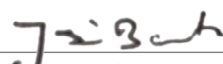
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- a nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, para os aspectos materialmente relevantes, somos de parecer que o Relatório de Gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorrecções materiais.

Luanda, 28 de Abril de 2026


Deloitte Auditores, Lda.
Representada por José António Mendes Garcia Barata
Membro da OCPCA nº 2013016





RELATÓRIO & CONTAS
2025